



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

REGIDO PELA LEI Nº 14.133/2021, REGULAMENTADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 029, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023, APLICANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.

INTERESSADO:

Secretaria Municipal de Saúde.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

2024.01.09.0016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO 029/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Secretaria Municipal de Saúde

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

GERENCIADOR EXCLUSIVO

TIPO DE LICITAÇÃO:

MENOR PREÇO UNITARIO

REGIME DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO:

FORNECIMENTO PARCELADO

OBJETO:

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o Fornecimento Contínuo de Medicamentos e Insumos Hospitalares, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de São Mateus do Maranhão/MA.

O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <http://www.licitasaomateus.com.br>

SESSÃO PÚBLICA: 27/12/2024, às 09:00h (Horário de Brasília)

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".

DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL

DIA: Segunda a Sexta-feira

HORÁRIO: das 08:00hs às 12:00hs (horário local).

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão localizada na Praça da Matriz, Nº42, Centro, CEP: 65.470-000, São Mateus do Maranhão - MA. E-mail cplsaomateus2021@gmail.com.

O edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: <http://www.licitasaomateus.com.br> ou <https://www.saomateus.ma.gov.br/>.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2024 - DISPUTA ABERTA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - (Processo Administrativo n.º 2024.01.09.0016)

LICITAÇÃO COM ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

Torna-se público que O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO-MA, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizará às **09:00hs, do dia 27/12/2024**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO UNITARIO, (fornecimento parcelado), nos termos da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029, de 21 de dezembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A Presente Licitação reger-se-á pelas disposições da LEI Nº 14.133/2021, REGULAMENTADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 029, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, e demais normas aplicáveis ao procedimento licitatório em epígrafe.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** designado **PREGOEIRO**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: <http://www.licitasaomateus.com.br>. O Agente de Contratação designado PREGOEIRO, terá as atribuições previstas na lei Nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029, de 21 de dezembro de 2023.

Cabereá ao agente de contratação designado PREGOEIRO, tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

O agente de contratação designado PREGOEIRO será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste edital e as constantes no sistema **PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA**, prevalecerão as descritas neste edital.

1. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1. O presente Pregão tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o Fornecimento Contínuo de Medicamentos e Insumos Hospitalares, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de São Mateus do Maranhão/MA, conformem especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo I do Presente Edital**.

1.2. O valor estimado total da licitação é de R\$ **15.120.388,10 (Quinze milhões, cento e vinte mil, trezentos e oitenta e oito reais e dez centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária, constante no Termo de Referência, Anexo I do Presente Edital.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentário, conforme dispõe o art. 17. do Decreto Federal nº. 11.462/2023, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes, que poderão advir do presente procedimento licitatório.

2.2. Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

2.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no **PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA**, no sítio <http://www.licitasaomateus.com.br>.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA**.

4.1. Não poderão disputar esta licitação:

4.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3. O impedimento de que trata o item 4.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.2.2 e 4.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.6. O disposto nos itens 4.2.2 e 4.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.8. A vedação de que trata o item 4.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

4.9. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, O LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

a.) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b.) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

c.) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

d.) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e.) Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

4.9.1. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.9.2. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.9.2.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.9.2.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9.3. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.9 ou 4.9.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9.4. A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

4.9.4.1. Para a verificação da fraude prevista no subitem anterior, a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA poderá realizar procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do exercício anterior e/ou outros demonstrativos contábeis/documentos que julgue necessários, apresentados na forma da Lei, por fotocópias devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, a fim de subsidiar a verificação do atendimento, pelas licitantes, às exigências da LC nº 123/2006.

4.9.4.2. Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

4.9.4.3. A confirmação acerca do atendimento, pelas licitantes, da condição de ME ou EPP também poderá ser realizada por meio da disponibilização de Documentos Fiscais Oficiais, tais como a Declaração do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional, devidamente transmitida à Receita Federal do Brasil, desde que os dados permitam identificar as informações acerca do faturamento bruto do exercício em análise.

4.9.4.4. Para fins de definição do “último exercício social” da DRE a ser exigida, será considerado, na data de abertura da sessão pública, o limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, nos termos do que fixa o Art. 16, §4º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018.

4.9.5. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Pregoeiro.

4.9.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.61. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

5.6.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.7.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.7.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.6.1 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.11. O Envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.12. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC nº 123, de 2006.

5.13. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.14. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.15. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.16. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.17. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Quantidade ofertada, devendo respeitar a quantidade mínima prevista na planilha orçamentária do Termo de Referência;

6.1.2 Valor unitário do item;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

6.1.3 Valor total do item;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações compatíveis com a especificação do Termo de Referência: indicando marca/modelo, fabricante prazo de validade ou de garantia.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (NOVENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Órgão de Controle competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.13. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

- 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes:
- 7.4.1. Durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com o(a) Pregoeiro(a) e com a equipe de apoio, inclusive para pedidos de exclusão de lances dados equivocadamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação da licitante durante a sessão pública, o que é legalmente vedado.
- 7.5. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance:
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário do item**.
- 7.6. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta:
- 7.6.1. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.7. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 7.8. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.
- 7.9. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.10. Durante a fase de lances, o PREGOEIRO poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 7.11. Se ocorrer a desconexão do PREGOEIRO no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados
- 7.12. No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no site www.licitasaomateus.com.br.
- 7.13. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o **ABERTO**, conforme disposto na Legislação vigente:
- 7.13.1. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 0,01 (um centavo)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

- 7.13.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.
- 7.13.4. Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o Pregoeiro decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.
- 7.13.5. Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.
- 7.13.6. Encerrada essa etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.
- 7.14. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.17. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitem anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à autoridade/órgão competente:
- 7.17.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.20. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço "UNITARIO"**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.23. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, se for o caso.
- 7.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015:
- 7.24.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.24.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

7.24.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.25.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.25.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.25.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.25.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.26. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.26.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.26.2. empresas brasileiras;

7.26.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.27. DA NEGOCIAÇÃO

7.27.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.27.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.27.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.27.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.27.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27.8. Na negociação de preços mais vantajosos para a administração, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderá oferecer contraproposta.

7.27.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Portal de Compras da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA (www.licitasaomateus.com.br);

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.1.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.1.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.1.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.1.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.5.4. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.3.1. conter vícios insanáveis;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

- 8.3.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.4. Quando o licitante apresentar preço final com desconto superior a 30% (trinta por cento) do valor estimado no edital, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será facultada a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.5. O Pregoeiro antes de desclassificar a proposta de preços em razão de sua inexequibilidade, solicitará ao licitante que demonstre a exequibilidade do valor ofertado por meios dos seguintes documentos:
- a) Planilha de Custos (Anexo II-A) apresentando preço de locação, margem de lucro, impostos (federais, estaduais e municipais incidente sobre a execução do objeto), bem como o detalhamento de todos os custos diretos e indiretos da empresa com base em seu regime de tributação (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real); e
 - b) Documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da abertura da licitação.
 - b.1) Não será aceito Documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos emitidos após a abertura do certame.
 - b.2) Os documentos previstos na alínea "b" deverão ser apresentados de forma pesquisável e legível.
- 8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.10. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.14. A inobservância do prazo fixado pelo(a) Pregoeiro(a) para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a recusa da proposta.
- 8.15. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

8.16. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.16.1 Na hipótese de necessidade de suspensão de sessão pública para a realização de diligências, com vista ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.17. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.19. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. O detentor da melhor proposta **poderá** ser instado a realizar a apresentação de amostras dos produtos ofertados, na forma estabelecida no Termo de Referência.

8.21. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destaca-se **ainda** a proposta comercial readequada com o valor final ofertado.

8.22. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

8.23. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.24. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.25. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF, quando for o caso;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas:

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA**, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira.

9.3. Os documentos previstos neste Instrumento Convocatório, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, **se for o caso**.

9.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

9.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

9.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de no mínimo, **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.18. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do **PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA**;

9.19. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.20. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.21. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

9.22. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.23. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz:

9.23.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferentes números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.24. Ressalvado o disposto nos **itens 5.12 e 9.6**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação referida nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.25. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.25.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.25.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.25.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.25.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.25.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.25.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.25.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.25.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.25.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

9.25.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (Artigos 17 a 19 e 165);

9.25.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

9.26. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.26.1.CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.26.2.Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do (a) licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.26.3.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.26.4.Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.26.5.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.26.6.Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.26.7.Quando a prova de regularidade de que trata o subitem anterior for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

9.26.8.Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.26.9. Quando a prova de regularidade de que trata o subitem anterior for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

9.26.10. Caso o (a) licitante seja considerado isento (a) dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da Lei;

9.26.11. Caso o (a) licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.27. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.27.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.27.2. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o (a) licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

9.27.3. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com notas explicativas, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa e Certidão de Regularidade Profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.27.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.27.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.27.6. A participante deverá enviar os índices de capacidade financeira. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante

LG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = _____

Passivo Circulante

9.27.7. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa Nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos Art. 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da Lei Nº 10.406/2002; 11.9.8.4. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9.27.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

9.27.9. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27.10. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

9.27.11. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

9.27.12. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.27.13. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.27.14. Certidão simplificada e específica da Junta Comercial do Estado do Maranhão, OU de sua sede de origem, emitida até 60 (sessenta) dias consecutivos de antecedência da data de início da sessão de apresentação das propostas.

9.28. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.28.1. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu bens ou medicamentos e insumos compatíveis com o objeto deste Pregão. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

9.28.2. Alvará sanitário vigente, expedido pelo Órgão da Vigilância Sanitária, (para fornecimento de medicamentos e insumos, incluso portaria 344/98) competente do Estado, ou expedido pelo Município onde está estabelecida a empresa, quando houver delegação de competência para emissão do Alvará pelo Município.

9.28.3. Registro de inscrição no Conselho Regional de Farmácia da região sede da Empresa, comprovando que a empresa e seu responsável técnico estão registrados e regulares em tal Conselho, ou declaração de isenção, se for o caso. (Documento exigido para empresa (s) que cotar (em) lote (s) que contenha (m) item (ns) pertinente (s) à referida exigência, de acordo com a legislação aplicável à matéria).

9.28.4. Apresentar alvará de funcionamento vigente, contendo as atividades autorizadas a funcionar pelo Município.

9.28.5. Licença sanitária de funcionamento de Transporte de medicamentos e produtos para saúde expedida pela autoridade competente, Estadual ou Municipal, conforme o caso, do Município do Domicílio ou sede da licitante, renovada anualmente, dentro do seu prazo de validade; juntamente com Autorização de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

Funcionamento da Empresa (AFE) de transporte da licitante expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA.

9.28.6. Autorização de Funcionamento (AFE) para medicamentos e insumos comuns da empresa licitante expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido em Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 8.077, de 14/08/2013, Lei Federal nº 9.782/99 (art. 7º, inciso VI), e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98.

9.28.7. Autorização de Funcionamento (AFE) para produtos para saúde da empresa licitante expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido em Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 8.077, de 14/08/2013, Lei Federal nº 9.782/99 (art. 7º, inciso VI), Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98.

9.28.8. É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter fornecido os medicamentos e insumos/produtos a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de fornecimento eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

9.28.9. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A licitante mais bem classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação designado Pregoeiro, por do sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e, preferencialmente, por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

10.8. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.9. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

10.10. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.11. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.12. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

10.13. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

11. DOS RECURSOS

11.1. Qualquer licitante poderá, **no prazo de 10 (dez) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

11.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, **no prazo de três dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação do licitante.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.licitasaomateus.com.br>

11.10. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.11 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pela autoridade competente.

13.2. Caso haja interposição de recurso e após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.4. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e será disponibilizada no



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

sistema de registro de preços.

14.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Diário Oficial do Município – DOM, e no Portal da Transparência deste Poder Executivo Municipal e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.8. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.9. Não sendo possível a aplicação do item anterior, é facultado à Administração, quando a proponente vencedora não apresentar situação regular no ato da Assinatura da Ata de Registro de Preços, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar este Pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital, observado o disposto no subitem 14.1.

14.10. Na sessão de reabertura do pregão, O(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a proponente, obedecida a ordem de classificação, para que seja obtido preço melhor.

14.11. Ao assinar a Ata de Registro de Preços a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os serviços ou bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

14.12. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.13. A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada ao presente Edital, inclusive aos seus demais Anexos, em todas as suas cláusulas, e às Propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá, na íntegra, a Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029, de 21 de dezembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a toda a legislação pertinente.

14.14. A ata de registro de preços terá prazo de **validade de até 1 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantagem dos preços registrados.

14.15. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.16. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA**, registrará os demais licitantes, na ordem de classificação.

14.17. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.17.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

14.17.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

14.17.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.17.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.17.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.17.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.17.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.17.5.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.17.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.17.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.17.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.17.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.18. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.18.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

14.18.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

14.18.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

14.18.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

14.18.1.4. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

14.18.1.5. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

14.18.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

14.18.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

14.18.7. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 14.18.1.

14.18.8. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES:

14.18.8.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

14.18.8.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

14.18.8.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 14.18.8, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.19. DO CANCELAMENTO

14.19.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo Órgão Gerenciador, quando o fornecedor:

14.19.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

14.19.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

14.19.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

14.19.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.19.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.19.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 14.19.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.19.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.19.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

14.19.5.1. Por razão de interesse público;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

14.19.5.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

14.19.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1.1. Não será exigida garantia de execução contratual.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Quando da existência de demanda para os produtos registrados, o Município de São Mateus do Maranhão/MA, por meio da SECRETARIA REQUISITANTE, convocará o detentor do preço registrado para a assinatura do contrato (**Anexo IV**) que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis, prazo este que poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Contratante.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital:

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento;

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA para que este delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova empresa comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Edital.

17.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei 14.133/2021;

17.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas na Lei 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos na referida Lei.

17.5. O prazo de vigência da contratação é o previsto no Termo de Referência, **Anexo I** do presente Edital.

17.6. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

17.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

17.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

17.9.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

17.9.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

19. DA EXECUÇÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E DA ACEITAÇÃO

19.1. Os critérios de execução, recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da contratante e da Contratada são no termo de referência, bem como na Minuta do Contrato.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, bem como na Minuta do Contrato, anexos a este Edital.

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Conforme os termos do Art. 41 do Decreto Municipal 029/2023, bem como o que determina a Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

22.3. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea “b”, limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Multa moratória de até cinco por cento (5%), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar
- g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até cinco anos.

22.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

22.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

22.6. Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

23. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

23.1. Os critérios de controle e fiscalização do objeto estão previstos no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021.

24.2. A **IMPUGNAÇÃO DEVERÁ** ser realizada **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema www.licitasaomateus.com.br.

24.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

24.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios mencionados no item 24.2.

24.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

24.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25. DAS AMOSTRAS

25.1. O Pregoeiro **poderá** ou **não** solicitar do licitante provisoriamente classificado em 1º lugar, a apresentação de amostras, na forma prevista no Termo de Referência.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

26.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

26.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.10 Fica assegurado à Administração Municipal o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação vigente.

26.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.12. Qualquer marca mencionada nas descrições dos itens constantes na planilha orçamentária do Termo de Referência, servirá apenas como referência para julgamento e/ou classificação, de maneira a tornar o objeto mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo, aptos a servir apenas como referência;

26.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitasaomateus.com.br, <https://app.tcema.tc.br/sincontrata/mural/procedimento>, através do e-mail cplsaomateus2021@gmail.com, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas), mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26.14. As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no **subitem 26.13**, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

26.15. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de São Mateus do Maranhão-MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

26.15.1. **ANEXO I** - Termo de Referência e seus anexos;

26.15.3. **ANEXO II** – Modelo de Proposta;

26.15.4. **ANEXO III** – Minuta da Ata de Registro de Preços

26.15.5. **ANEXO IV** – Minuta do Termo de Contrato.

São Mateus do Maranhão (MA), 03 de dezembro de 2024.

Lucélia Martins
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 002/2021-GP



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024 – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o Fornecimento Contínuo de Medicamentos e Insumos Hospitalares, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de São Mateus do Maranhão/MA.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Considerando que a aquisição de medicamentos e insumos constituem um dos elementos fundamentais para a efetiva implementação de ações capazes de promover a melhoria das condições da assistência à saúde da população;

2.2 Considerando que o Art. nº 6 da Lei nº 8.080/90, estabelece como campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) mormente à “formulação da política de medicamentos e insumos de interesse para a saúde”;

2.3 Considerando que o propósito precípua da Administração Pública Municipal por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento é o de garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos e insumos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais, já que o Medicamento e insumos correlatos, são estratégicos para o suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções constantes no tratamento, o que afeta a qualidade de vida dos usuários e a credibilidade dos serviços farmacêuticos e do sistema de saúde como um todo.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, que antecede este Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 A demanda prevista neste Termo de Referência foi estimada, considerando a quantidade informada pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento deste Município, para suprir as demandas do Pronto Socorro Hospital Municipal e das Unidades Básicas de Saúde do Município;

4.2 Além das especificações acima, deverão ser observadas as prescrições a seguir, as quais são condicionantes para aceitação da Proposta de Preços e do recebimento do material licitado:

4.2.1 Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;

4.2.2 Havendo divergência nas especificações, o fornecedor deverá atender as constantes no Edital;

4.2.3 Nenhum produto constante do presente Termo de Referência poderá ser remanufaturado, recondicionado, reciclado ou de segunda mão;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

4.2.4 Todo o material deverá ser novo e legalmente estabelecida, e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela embalagem. Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica;

4.2.5 Os bens deverão ser fornecidos, obrigatoriamente, de acordo com as especificações constantes da proposta e o prazo de entrega obedecido rigorosamente;

4.3 Quanto a Sustentabilidade:

4.3.1 Os critérios de Sustentabilidade são: Maior vida útil, menor custo de manutenção, uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais, origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados, menor geração de resíduos, como também materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

4.4 Quanto da Exigência de Amostras:

4.4.1 Conforme o Art. 41, Inc. II da Lei 14.133/2021, no caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração PODERÁ ou NÃO excepcionalmente exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da Ata de Registro de Preços, desde que previsto no Edital da Licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;

4.4.2 A amostra solicitada deverá ser RECEBIDA em 24h (vinte e quatro) horas, contados da convocação do (a) licitante por parte do Agente de Contratação da Prefeitura Municipal, em local a ser indicado, sob pena de desclassificação, e deverão guardar estrita conformidade com as especificações constantes do ANEXO I do presente Termo de Referência;

4.4.3 A amostra solicitada e mencionadas no item anterior, serão analisadas por servidor indicado pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

4.4.4 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;

4.4.5 Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.4.6 A amostra consistirá na apresentação do produto para o item vencedor respectivo, devidamente embalado e lacrado, identificado com o número do Pregão, o CNPJ e a Razão Social da licitante, o Lote e o Item a que se referem, de modo que os adesivos não sejam colados sobre a descrição do produto respectivo, e deverão vir acompanhadas de relação em que constem todos os itens enviados sendo que o ônus quanto a essa apresentação será da licitante;

4.4.7 O produto apresentado como amostra, será manuseado para verificação do atendimento às especificações técnicas que constam deste Termo de Referência e submetido aos testes necessários;

4.4.8 Caso a amostra não seja recebida no prazo estabelecido ou, se porventura, a amostra submetida a teste para verificação da compatibilidade e qualidade apresente defeitos de fabricação ou problemas de funcionamento durante a análise, a proposta da licitante será automaticamente desclassificada;

4.4.9 Em caso de necessidade e a critério da CONTRATANTE, as amostras apresentadas pelas licitantes vencedoras serão mantidas até o fornecimento dos materiais adquiridos, para que sejam efetuadas as confrontações necessárias;

4.4.10 Após a homologação da licitação, a licitante desclassificada que tiver apresentado amostra, será convocada a retirar os materiais no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da convocação a ser encaminhada pela CONTRATANTE;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

4.4.11 A não retirada das amostras no prazo fixado acima, será presumida como renúncia do (a) licitante ao objeto, que poderá ser doado ou inutilizado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sem gerar ao (a) licitante direito à indenização ou posterior alegação de perdas e danos;

4.4.12 O (a) licitante que não se dispuser a colaborar com as diligências preliminares, apresentar as amostras fora do prazo estabelecido ou apresentá-la em desacordo com as especificações, será desclassificado e o (a) licitante subsequente convocado;

4.4.13 A aceitação da proposta fica condicionada à aprovação das amostras solicitadas.

4.5 Quanto a Garantia da Execução Contratual:

4.5.1 Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme a faculdade dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

a. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Unitário. Trata-se de licitação tradicional para aquisição de bens de consumo sendo que a entrega dos materiais ocorrerá em conformidade com a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, não comprometendo o cumprimento das obrigações.

b. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração CONTRATANTE. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

c. A exigência da garantia do objeto licitado, demonstra qualidade e vantajosidade para a Administração Pública e pode representar diminuição do universo de interessados sem que haja restrição ao caráter competitivo do certame.

4.6 Quanto a Subcontratação:

4.6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. DO VALOR ESTIMADO:

5.1 O valor total estimado e orçado para o atendimento das despesas, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, apêndice deste Termo de Referência, em conformidade com a legislação pertinente;

5.2 A estimativa de custo, levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADO, conforme especificado no Mapa de Gerenciamento de Riscos;

5.3 Em caso de licitação para Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, de acordo com Art. 32 do Decreto Municipal nº 029/2023 e como também o que dispõe a Lei nº 14.133/2021;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

5.4 Os preços propostos, serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas à futura contratação, tais como: tributos e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao cumprimento do objeto, salvo disposição legal em contrário;

5.5 Todos os custos diretos e indiretos deverão estar inclusos no preço do produto, inclusive frete para entrega no endereço descrito neste Termo de Referência.

6. DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

6.1 As especificações técnicas e quantitativos dos itens objeto da referida contratação, encontram-se relacionadas no Anexo I deste Termo de Referência;

6.2 Aduzimos ainda, que as especificações e quantitativos apresentadas constituem uma estimativa em função de eventuais demandas das unidades e dos usuários, baseando-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, como também levantamento de contratações similares do exercício anterior.

7. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES:

7.1 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante a realização deste Pregão Eletrônico, será a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

8. DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

8.1 O objeto deste Termo de Referência é considerado comum, porque é definido mediante especificações usuais no mercado, tendo como critério de escolha o preço ofertado, somente cabendo à adoção da modalidade PREGÃO, nos termos do Decreto Municipal nº 029/2023 Lei 14.133/2021;

8.2 A modalidade de licitação ora escolhida, confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade;

8.3 Em atendimento à LC nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional de Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, alterada pela LC nº 147/2014, e de acordo a regulamentação de Decreto 8.538/2015, onde fica estabelecida a margem de preferência para os itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a realização de licitação exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do disposto no art. 6º do decreto acima mencionado;

8.4 Será utilizado o Sistema de Registro de Preços, nos moldes do Capítulo XVII do Decreto Municipal nº 029/2023.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 Por se tratar de previsão para futuras e eventuais contratações no sistema de Registro de Preços, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 17 da Lei 11.462/2023.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

10. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

10.1 Para julgamento e classificação das propostas, deverá ser adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações definidas neste Termo de Referência.

11. FORME E CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

11.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento das Propostas:

11.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

11.2 Exigências de Habilitação:

11.2.1 Para fins de habilitação, deverá o (a) licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.2.1.1 Habilitação jurídica:

- a. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de Lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- f. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

- i. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;
- j. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (Artigos 17 a 19 e 165);
- k. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do (a) licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- d. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- g. Quando a prova de regularidade de que trata o subitem anterior for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.
- h. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- i. Quando a prova de regularidade de que trata o subitem anterior for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.
- j. Caso o (a) licitante seja considerado isento (a) dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- k. Caso o (a) licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.4 Qualificação Econômico-Financeira:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

11.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.4.2 No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o (a) licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

11.4.3 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com notas explicativas, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa e Certidão de Regularidade Profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

11.4.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

11.4.5 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

11.4.6 A participante deverá enviar os índices de capacidade financeira. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante

LG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = _____

Passivo Circulante

11.4.7 Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa Nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos Art. 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da Lei Nº 10.406/2002; 11.9.8.4. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

11.4.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.4.9 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.4.10 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

11.4.11 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

11.4.12 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.4.13 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.4.14 Certidão simplificada e específica da Junta Comercial do Estado do Maranhão, OU de sua sede de origem, emitida até 60 (sessenta) dias consecutivos de antecedência da data de início da sessão de apresentação das propostas.

11.5 Qualificação Técnica:

11.5.1 Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com reconhecimento de firma em cartório, comprovando que a licitante forneceu bens ou medicamentos e insumos compatíveis com o objeto deste Pregão. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

11.5.2 Alvará sanitário vigente, expedido pelo Órgão da Vigilância Sanitária, (para fornecimento de medicamentos e insumos, incluso portaria 344/98) competente do Estado, ou expedido pelo Município onde está estabelecida a empresa, quando houver delegação de competência para emissão do Alvará pelo Município.

11.5.3 Registro de inscrição no Conselho Regional de Farmácia da região sede da Empresa, comprovando que a empresa e seu responsável técnico estão registrados e regulares em tal Conselho, ou declaração de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

isenção, se for o caso. (Documento exigido para empresa (s) que cotar (em) lote (s) que contenha (m) item (ns) pertinente (s) à referida exigência, de acordo com a legislação aplicável à matéria).

11.5.4 Apresentar alvará de funcionamento vigente, contendo as atividades autorizadas a funcionar pelo Município.

11.5.5 Licença sanitária de funcionamento de Transporte de medicamentos e produtos para saúde expedida pela autoridade competente, Estadual ou Municipal, conforme o caso, do Município do Domicílio ou sede da licitante, renovada anualmente, dentro do seu prazo de validade; juntamente com Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) de transporte da licitante expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA.

11.5.6 Autorização de Funcionamento (AFE) para medicamentos e insumos comuns da empresa licitante expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido em Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 8.077, de 14/08/2013, Lei Federal nº 9.782/99 (art. 7º, inciso VI), e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98.

11.5.7 Autorização de Funcionamento (AFE) para produtos para saúde da empresa licitante expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido em Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 8.077, de 14/08/2013, Lei Federal nº 9.782/99 (art. 7º, inciso VI), Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98.

11.5.8 É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter fornecido os medicamentos e insumos/produtos a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de fornecimento eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

11.5.9 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1 Após a homologação da licitação, a (s) licitante (s) vencedora (s) será (ão) convocada (s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos;

12.2 A convocação da (s) vencedora (s), assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato, produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

12.3 É facultada a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, quando a (s) convocada (s) não comparecer (em) no prazo estipulado, não apresentar (em) situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

12.4 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA;

12.5 A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação;

12.6 A recusa injustificada por parte do fornecedor em assinar o contrato para formalização da contratação junto à administração pública, será caracterizada como inadimplemento total das obrigações assumidas, por conseguinte, passível de abertura de processo administrativo punitivo e aplicação de penalidades legalmente estabelecidas pelas legislações vigentes, assegurados o contraditório, a ampla defesa e demais matérias e princípios constitucionais que regem o processo em âmbito administrativo ou judicial;

12.7 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

13. DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO:

13.1 Do Prazo de Entrega:

13.1.1 O produto deverá ser entregue de acordo em até 07 (sete) dias úteis. O não cumprimento das entregas nas datas e horários determinados, ocasionará penalidades cabíveis;

13.1.2 No ato da entrega, os produtos que não estiverem em acordo com o especificado no edital, serão devolvidos; e, as despesas de frete e/ou outros, serão por conta da empresa CONTRATADA;

13.1.3 A fiscalização geral e o acompanhamento, serão realizados por Servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus do Maranhão/MA;

13.1.4 Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar a Secretaria Municipal de Saúde, na pessoa do Fiscal do Contrato, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar o motivo do descumprimento devidamente fundamentado e indicação expressa do novo prazo previsto para entrega, que não poderá ser superior àquele inicialmente estabelecido;

13.1.5 A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo Fiscal do Contrato na forma da Lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando à empresa da decisão proferida em até 48 (quarenta e oito) após a data do pedido;

13.1.6 Havendo denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas em Lei.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

13.2 Da Forma de Entrega:

13.2.1 A CONTRATADA deverá entregar tantos quantos forem os itens contratados na sua totalidade, em uma única parcela, sendo vedada entregas parciais;

13.2.2 No ato da entrega, a (s) materiais (ais) deverá (ão) vir devidamente acompanhado (s) da (s) nota (s) fiscal (ais) e certidões de regularidade jurídica e fiscal da empresa contratada, onde obrigatoriamente constará a razão social, CNPJ e endereço correspondente àquele constante na nota de empenho;

13.2.3 A (s) nota (s) fiscal (ais) será (ão) rejeitada (s) caso contenha (am) emendas, rasuras, borrões ou outras informações incorretas e devem ser trocadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ficando o recebimento definitivo condicionado à resolução da pendência;

13.2.4 Seja garantida a qualidade e procedência dos medicamentos, assegurando que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere às temperaturas mínimas e máximas, empilhamento e umidade

13.2.5 O objeto do contrato deverá ser entregue em embalagem original do fabricante, no endereço indicado em campo próprio deste documento, acompanhado de manuais de instrução, termo de garantia e outros documentos pertinentes.

13.3 Do Horário e Local de Entrega:

13.3.1 Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central, localizado na Avenida Antônio Pereira Aragão, nº s/n, Centro de São Mateus do Maranhão/MA;

13.3.2 As entregas podem ser feitas no horário das 8:00 às 18:00 horas de segunda a sexta-feira respeitando eventuais feriados e suspensão de expediente que porventura sejam estabelecidos pelo Gabinete do Prefeito ou em decorrência de feriados nacionais, estaduais e/ou municipais;

13.3.3 O fornecedor deverá, sempre que possível, agendar através dos contatos indicados data e horário para realizar a entrega dos bens ou fornecer o número de rastreio do objeto aos fiscais do contrato para as necessárias consultas;

13.3.4 Condição da embalagem dos medicamentos e insumos, que deve estar em perfeito estado e não violada e que ofereça proteção ao calor e à umidade;

13.3.5 Confrontação entre a marca cotada na licitação e os medicamentos e insumos entregues;

13.3.6 Os objetos a serem fornecidos serão considerados aceitos somente após o recebimento e análise, depois de desembalados, e conferidos pela CONTRATANTE, atendidos as especificações exigidas neste Termo de Referência.

13.4 Do Recebimento dos Materiais:

13.4.1 Conforme o Decreto Municipal nº 029/2023, o objeto do contrato será recebido:

a. Provisoriamente, em até 07 (sete) dias da comunicação escrita do (s) CONTRATADO (S);



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

b. Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação, em até 30 dias (trinta) dias da comunicação escrita do CONTRATADO.

13.4.2 Serão executados testes de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas mínimas exigidas e as especificações em que o CONTRATADO pontuou para fins de qualificação de sua proposta;

13.4.3 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência ou apresente defeito de fabricação. Hipótese em que o CONTRATADO, obriga-se a substituí-lo em prazo razoável fixado pelo Fiscal do Contrato, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções legalmente estabelecidas;

13.4.4 O recebimento provisório ou definitivo não libera o CONTRATADO dos vícios de qualidade ou quantidade que não possam ser claramente visualizados desde logo, porque estão ocultos ou porque surgiram somente após a inspeção da Administração;

13.4.5 É dever do Fiscal do Contrato, imediatamente após o recebimento definitivo dos materiais, enviar a solicitação de pagamento para o setor responsável, juntando a nota fiscal atestada, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, termos de recebimento, nota de empenho ou termo de contrato a que se vinculam e demais documentos pertinentes;

13.4.6 Se for constatada desconformidade do (s) produto (s) apresentado (s) em relação às especificações do (s) objeto (s) ou à (s) amostra (s) aprovada (s) pela FISCALIZAÇÃO, o CONTRATADO deve efetuar a troca do (s) produto (s), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação, por um produto em condições aceitáveis por parte da Administração;

13.4.7 Os objetos a serem fornecidos serão considerados aceitos somente após o recebimento e análise, depois de desembalados, instalados e conferidos pelo CONTRATANTE, atendidos as especificações exigidas neste Termo de Referência;

13.4.8 Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pela ABNT e/ou Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores.

14. DA GARANTIA DOS PRODUTOS:

14.1 O prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior a 80% do constante da sua embalagem, ou daquele estabelecido pelas Agências ou Órgãos Oficiais Reguladores, o que for maior;

14.2 O prazo mínimo de Garantia será de 12 (doze) meses ou aquele que for oferecido pelo fabricante do produto (o que for maior), sem prejuízo da garantia legal constante da legislação consumerista quanto à vícios ocultos/não aparentes ou de difícil constatação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DOS CONTRATOS DELA DECORRENTES:

15.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 31 do Decreto Municipal 029/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;

15.2 No prazo de validade da Ata de Registro de Preço o órgão ou entidade indicado no item 7, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.3 O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 15.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.4 Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;

15.5 Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;

15.6 Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

15.6.1 A autoridade competente do órgão ou entidade contratante, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

15.6.2 A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

15.6.3 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, à guisa do interesse público.

15.7 Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

15.8 O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

16. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

16.1 A Nota Fiscal/Fatura será protocolada na sede da Prefeitura, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês da entrega e aceite definitivo, através de ofício, encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, devendo ainda, conter todas as informações necessárias para dela se dar quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes;

16.2 O pagamento será feito em favor da empresa CONTRATADA, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante;

16.3 Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária;

16.4 A Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA;

16.5 O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme o que dispõe sobre a matéria na Lei nº 14.133/2021; resguardado os pagamentos referentes ao descumprimento item 11.3 deste Termo de Referência, conforme citado no item 15.3.

16.6 A empresa CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:

16.6.1 Prova de regularidade relativa à débitos federais;

16.6.2 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade da Situação/CRF;

16.6.3 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

16.6.4 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

16.7 A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentações necessárias ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade;

16.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação Financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

EM = $I \times N \times VP$, sendo EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela a ser paga = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = TX \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 17.1** Receber os materiais no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 17.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 17.3** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 17.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 17.5** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 17.6** Devolver os materiais entregues fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa à CONTRATADA que assumirá todas as despesas daí decorrentes;
- 17.7** Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;
- 17.8** Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 17.9** Emitir Autorização de Fornecimento para instruir a entrega dos materiais;
- 17.10** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos;
- 17.11** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 18.1** A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal com todas as discriminações inerentes ao objeto;

18.2 Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na entrega dos materiais, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou equipamentos da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;

18.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente (s) ao (s) material (is);

18.4 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.6 Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária.

19. DO REAJUSTE:

19.1 Os preços inicialmente contratados, são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.

19.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5 Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.6 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

19.7 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

20.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, como também conforme as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

20.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento;

20.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

20.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

20.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

20.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, de acordo com os termos do Decreto Municipal nº 030/2023;

20.7 O Gestor do Contrato acompanhará a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros, conforme dispões os Art. 19, inc. I e Art. 21 e seus incisos do Decreto Municipal nº 030/2023;

20.8 O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa, conforme os Art. 19, inc. II e Art. 22 e seus incisos do Decreto Municipal nº 030/2023;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

20.9 O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento, conforme dispõe os Art. 19, inc. III e Art. 23 e seus incisos do Decreto Municipal nº 030/2023;

20.10 O Fiscal Setorial acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade, conforme os Art. 19, inc. IV e Art. 24 do Decreto Municipal nº 030/2023;

20.11 A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

20.12 A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

20.13 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

20.14 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

20.14.1 Acompanhamento dos abastecimentos realizados através das autorizações emitidas pelo órgão, bem como dos relatórios a serem disponibilizados pelo contratado por meio informatizado;

20.14.2 Conferência das notas fiscais e dos documentos de comprovação de habilitação, ateste do documento fiscal e encaminhamento ao financeiro;

20.14.3 Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

20.14.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

20.15 A ação de fiscalização, por parte do Gestor do Contrato, não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

20.16 As informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA deverão ser prestados pelo Gestor do Contrato.

21. SANÇÕES:

21.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 Conforme os termos do Art. 41 do Decreto Municipal 029/2023, bem como o que determina a Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art.5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

21.3 A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea “b”, limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Multa moratória de até cinco por cento (5%), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

- g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até cinco anos.

21.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

21.6 Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

PLANILHA COM AS ESPECIFICAÇÕES DETALHADA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR MEDIO	VALOR GLOBAL
1	ACEBROFILINA 5 MG/ML XAROPE	FR	720	R\$ 21,74	R\$ 15.652,80
2	ACETILCISTEÍNA 200MG	FR	432	R\$ 9,87	R\$ 4.263,84
3	ACETILCISTEÍNA 20MG/ML	FR	3.400	R\$ 11,85	R\$ 40.290,00
4	ACETILCISTEÍNA 40/ML	FR	3.400	R\$ 14,59	R\$ 49.606,00
5	ACETILCISTEÍNA 600MG	FR	860	R\$ 40,20	R\$ 34.572,00
6	ACICLOVIR 200MG	COMP	6.400	R\$ 0,45	R\$ 2.880,00
7	ACICLOVIR CREME 50MG	TB	1.400	R\$ 4,56	R\$ 6.384,00
8	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	COMP	43.200	R\$ 0,09	R\$ 3.888,00
9	ÁCIDO FÓLICO 5MG	COMP	72.000	R\$ 0,08	R\$ 5.760,00
10	ALBENDAZOL 400MG	COMP	28.800	R\$ 0,78	R\$ 22.464,00
11	ALBENDAZOL 40MG FRASCO 10ML	FR	21.600	R\$ 2,40	R\$ 51.840,00
12	AMBROXOL (CLORIDRATO) 15MG/5 ML FRASCOS	FR	14.400	R\$ 6,02	R\$ 86.688,00
13	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30 MG/5ML FRASCOS	FR	14.400	R\$ 4,44	R\$ 63.936,00
14	AMOXICILINA + CLAVULANATO 400MG+57MG/5ML	FR	2.800	R\$ 29,53	R\$ 82.684,00
15	AMOXICILINA 250MG/5MG PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL	FR	7.200	R\$ 9,54	R\$ 68.688,00
16	AMOXICILINA 500MG	COMP	21.600	R\$ 0,46	R\$ 9.936,00
17	AMPICILINA 250MG/5ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 60ML	FR	720	R\$ 12,50	R\$ 9.000,00
18	AMPICILINA 500MG	COMP	12.000	R\$ 0,92	R\$ 11.040,00
19	ANLÓDIPINO 10 MG	COMP	43.200	R\$ 0,14	R\$ 6.048,00
20	ANLÓDIPINO 5 MG	COMP	43.200	R\$ 0,06	R\$ 2.592,00
21	ATENÓLOL 100MG COMP.	COMP	43.200	R\$ 0,26	R\$ 11.232,00
22	ATENÓLOL 25 MG	COMP	72.000	R\$ 0,08	R\$ 5.760,00
23	ATENÓLOL 50MG	COMP	72.000	R\$ 0,11	R\$ 7.920,00
24	AZITROMICINA 600 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FR	7.200	R\$ 13,63	R\$ 98.136,00
25	AZITROMICINA HIDRATADA 500MG	COMP	7.200	R\$ 1,40	R\$ 10.080,00
26	BENZOATO DE BENZILA 60ML	FR	2.800	R\$ 8,78	R\$ 24.584,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

27	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG	FR	2.800	R\$ 14,92	R\$ 41.776,00
28	BETAMETASONA POMADA	TB	2.800	R\$ 24,78	R\$ 69.384,00
29	BROMIDRATO DE FENOTEROL	FR	1.440	R\$ 8,83	R\$ 12.715,20
30	BROMOPRIDA 10MG	COMP	8.600	R\$ 0,70	R\$ 6.020,00
31	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA COMPOSTO, FRASCO COM 20ML	FR	2.800	R\$ 13,34	R\$ 37.352,00
32	CAPTOPRIL 25MG COMP.	COMP	108.000	R\$ 0,07	R\$ 7.560,00
33	CAPTOPRIL 50MG COMP.	COMP	72.000	R\$ 0,10	R\$ 7.200,00
34	CEFALEXINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 60ML.	FR	8.600	R\$ 15,16	R\$ 130.376,00
35	CEFALEXINA 500MG	COMP	21.600	R\$ 1,55	R\$ 33.480,00
36	CETOCONAZOL 20 MG/G EM 30 G	TB	4.300	R\$ 5,63	R\$ 24.209,00
37	CETOCONAZOL 200MG	COMP	14.400	R\$ 0,57	R\$ 8.208,00
38	CIMETIDINA 200MG	COMP	2.800	R\$ 2,28	R\$ 6.384,00
39	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 10% SPRAY 50ML	FR	430	R\$ 106,50	R\$ 45.795,00
40	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA GELÉIA 20MG/GB BISNAGA COM 30G	TB	11.500	R\$ 7,20	R\$ 82.800,00
41	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG COMPRIMIDO	COMP	14.400	R\$ 0,10	R\$ 1.440,00
42	COLAGENASE 0,6 UI/G	TB	860	R\$ 21,09	R\$ 18.137,40
43	COMPLEXO B	COMP	21.600	R\$ 0,15	R\$ 3.240,00
44	COMPLEXO B LIQUIDO.	FR	14.400	R\$ 9,04	R\$ 130.176,00
45	DEXAMETASONA 0,10%	TB	14.400	R\$ 3,23	R\$ 46.512,00
46	DEXAMETASONA XAROPE	FR	14.400	R\$ 3,88	R\$ 55.872,00
47	DEXCLORFENIRAMINA 2MG COMP.	COMP	14.400	R\$ 0,10	R\$ 1.440,00
48	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 04MG/ML	FR	14.400	R\$ 3,93	R\$ 56.592,00
49	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG	COMP	21.600	R\$ 0,15	R\$ 3.240,00
50	DICLOFENACO SÓDICO 50MG	COMP	21.600	R\$ 0,10	R\$ 2.160,00
51	DIGOXINA 0,25MG	COMP	7.200	R\$ 0,39	R\$ 2.808,00
52	DIPIRONA SÓDICA 500MG	COMP	115.200	R\$ 0,28	R\$ 32.256,00
53	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS 10ML	FR	43.200	R\$ 2,10	R\$ 90.720,00
54	ENALAPRIL MALEATO 20 MG	COMP	115.200	R\$ 0,10	R\$ 11.520,00
55	ENALAPRIL(MALEATO)10 MG	COMP	115.200	R\$ 0,09	R\$ 10.368,00
56	FLORAX PEDIÁTRICO	FR	4.300	R\$ 6,99	R\$ 30.057,00
57	FLORAX-ADULTO	FR	4.300	R\$ 9,31	R\$ 40.033,00
58	FLUCONAZOL 150 MG	COMP	14.400	R\$ 1,04	R\$ 14.976,00
59	FUROSEMIDA 40MG	COMP	72.000	R\$ 0,16	R\$ 11.520,00
60	GLIBENCLAMIDA 5MG	COMP	86.400	R\$ 0,07	R\$ 6.048,00
61	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	COMP	86.400	R\$ 0,05	R\$ 4.320,00
62	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG	COMP	14.400	R\$ 0,16	R\$ 2.304,00
63	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO	FR	7.200	R\$ 5,47	R\$ 39.384,00
64	IBUPROFENO 300MG	COMP	28.800	R\$ 0,29	R\$ 8.352,00
65	IBUPROFENO 50MG/ML	FR	14.400	R\$ 4,87	R\$ 70.128,00
66	IBUPROFENO 600MG	COMP	43.200	R\$ 0,34	R\$ 14.688,00
67	IODETO DE POTÁSSIO	FR	1.400	R\$ 11,68	R\$ 16.352,00
68	IPATROPIO 20ML	FR	1.000	R\$ 2,71	R\$ 2.710,00
69	IVERMECTINA 6MG	COMP	11.500	R\$ 2,22	R\$ 25.530,00
70	LACTULOSE 667MG/ML 120ML	FR	1.400	R\$ 13,53	R\$ 18.942,00
71	LEVOFLOXACINO 500MG	COMP	1.400	R\$ 1,77	R\$ 2.478,00
72	LORATADINA 10MG	COMP	7.200	R\$ 0,16	R\$ 1.152,00
73	LOSARTANA 50MG	COMP	216.000	R\$ 0,10	R\$ 21.600,00
74	LOSARTANA POTÁSSICA 100MG	COMP	86.400	R\$ 0,45	R\$ 38.880,00
75	MEBENDAZOL SUSP 30ML	FR	14.400	R\$ 3,30	R\$ 47.520,00
76	METFORMINA 500MG	COMP	144.000	R\$ 0,25	R\$ 36.000,00
77	METFORMINA 850MG	COMP	144.000	R\$ 0,31	R\$ 44.640,00
78	METILDOPA 250MG	COMP	28.800	R\$ 0,99	R\$ 28.512,00
79	METILDOPA 500MG.	COMP	72.000	R\$ 1,95	R\$ 140.400,00
80	METRONIDAZOL 250 MG	COMP	11.500	R\$ 0,33	R\$ 3.795,00
81	METRONIDAZOL GEL VG 50G.	TB	17.200	R\$ 13,83	R\$ 237.876,00
82	MICONAZOL CREME VAGINAL	TB	2.800	R\$ 15,67	R\$ 43.876,00
83	NEOMICINA CREME DERMATOLÓGICO	TB	7.200	R\$ 4,42	R\$ 31.824,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

84	NIMESULIDA 50MG 15ML	FR	2.800	R\$ 3,70	R\$ 10.360,00
85	NIMESULIDA 100 MG	COMP	28.800	R\$ 2,98	R\$ 85.824,00
86	NISTATINA 25.000 UI/G.	TB	14.400	R\$ 11,50	R\$ 165.600,00
87	NISTATINA SUSPENSÃO 50ML	FR	4.300	R\$ 9,42	R\$ 40.506,00
88	SULFADIAZINA DE PRATA	PT	720	R\$ 60,50	R\$ 43.560,00
89	ÓLEO CICATRIZANTE 200ML	FR	570	R\$ 24,63	R\$ 14.039,10
90	ÓLEO MINERAL 100%	FR	2.800	R\$ 5,65	R\$ 15.820,00
91	OMEPRAZOL 20 MG	COMP	24.400	R\$ 0,18	R\$ 4.392,00
92	PANTOPRAZOL 40 MG	COMP	7.200	R\$ 0,47	R\$ 3.384,00
93	PARACETAMOL 200MG 15ML	FR	14.400	R\$ 2,78	R\$ 40.032,00
94	PARACETAMOL 500 MG	COMP	21.600	R\$ 0,20	R\$ 4.320,00
95	PARACETAMOL 750 MG	COMP	21.600	R\$ 0,35	R\$ 7.560,00
96	PERMETRINA 5% LOÇÃO	FR	2.160	R\$ 16,23	R\$ 35.056,80
97	PREDINISONA 20MG	COMP	14.400	R\$ 0,40	R\$ 5.760,00
98	PREDINISONA 5MG	COMP	7.200	R\$ 0,10	R\$ 720,00
99	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 0,4%UL	FR	8.900	R\$ 6,20	R\$ 55.180,00
100	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL	ENV	8.600	R\$ 1,79	R\$ 15.394,00
101	SALBUTAMOL XAROPE 100ML	FR	720	R\$ 3,94	R\$ 2.836,80
102	SECNIDAZOL 1.000 MG	COMP	11.500	R\$ 1,91	R\$ 21.965,00
103	SIMETICONA 15 ML GOTAS	FR	18.700	R\$ 3,61	R\$ 67.507,00
104	SIMETICONA 40 MG	COMP	14.400	R\$ 0,29	R\$ 4.176,00
105	SINVASTATINA 20 MG	COMP	86.400	R\$ 0,22	R\$ 19.008,00
106	SINVASTATINA 40 MG	COMP	86.400	R\$ 0,37	R\$ 31.968,00
107	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA	COMP	28.800	R\$ 0,43	R\$ 12.384,00
108	SULFATO FERROSO GOTAS	FR	8.600	R\$ 2,99	R\$ 25.714,00
109	SULFATO FERROSO 40 MG	COMP	28.800	R\$ 0,11	R\$ 3.168,00
110	VITAMINA C (ÁCIDO ASCÓRBICO) 200 MG/ML GOTAS	FR	14.400	R\$ 3,43	R\$ 49.392,00
111	VITAMINA C (ÁCIDO ASCÓRBICO) 500 MG	COMP	8.600	R\$ 0,27	R\$ 2.322,00
112	ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML INJETÁVEL	AMP	43.200	R\$ 1,31	R\$ 56.592,00
113	ÁCIDO TRANEXÂMICO INJETÁVEL 50MG/ML	AMP	2.160	R\$ 7,55	R\$ 16.308,00
114	ADRENALINA 1G/ML AMPOLA COM 2ML INJETÁVEL	AMP	2.160	R\$ 2,57	R\$ 5.551,20
115	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML	AMP	8.640	R\$ 0,69	R\$ 5.961,60
116	ÁGUA PARA INJEÇÃO 500 ML	AMP	8.640	R\$ 11,08	R\$ 95.731,20
117	AMICACINA 250MG/ML AMPOLA 2ML INJETÁVEL	AMP	720	R\$ 7,95	R\$ 5.724,00
118	AMINOFILINA INJETÁVEL	AMP	2.880	R\$ 16,46	R\$ 47.404,80
119	AMIODARONA 50MG/3ML	AMP	1.440	R\$ 7,58	R\$ 10.915,20
120	AMPICILINA 1G INJETÁVEL	AMP	2.160	R\$ 7,39	R\$ 15.962,40
121	AMPICILINA 500MG INJETÁVEL	AMP	2.160	R\$ 5,09	R\$ 10.994,40
122	ATROPINA INJETÁVEL	AMP	2.160	R\$ 1,56	R\$ 3.369,60
123	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PÓ.	AMP	8.640	R\$ 14,56	R\$ 125.798,40
124	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETÁVEL.	AMP	8.640	R\$ 17,17	R\$ 148.348,80
125	BROMOPRIDA INJETÁVEL 10MG/ML	AMP	36.000	R\$ 2,83	R\$ 101.880,00
126	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML AMPOLA COM 1ML INJETÁVEL	AMP	28.800	R\$ 2,59	R\$ 74.592,00
127	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 500MG INJETÁVEL	AMP	21.600	R\$ 2,74	R\$ 59.184,00
128	CEDILANIDE 0,2MG/ML INJETÁVEL AMP 2ML	AMP	430	R\$ 4,84	R\$ 2.081,20
129	CEFALOTINA SÓDICA 1G PÓ SUSPENSÃO INJETÁVEL	AMP	4.300	R\$ 7,31	R\$ 31.433,00
130	CEFAZOLINA 1G	AMP	3.400	R\$ 21,38	R\$ 72.692,00
131	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G, INJETÁVEL, ENDOVENOSO	AMP	14.400	R\$ 7,55	R\$ 108.720,00
132	CIMETIDINA 300MG, AMPOLA COM 2ML	AMP	43.200	R\$ 2,17	R\$ 93.744,00
133	CIPROFLOXACINO 200MG	AMP	4.300	R\$ 15,54	R\$ 66.822,00
134	CLORETO DE POTÁSSIO 10% INJETÁVEL	AMP	2.800	R\$ 0,88	R\$ 2.464,00
135	CLORETO DE SÓDIO 0,9% AMPOLA 10ML	AMP	2.800	R\$ 0,64	R\$ 1.792,00
136	CLORETO DE SÓDIO 10% INJETÁVEL	AMP	2.800	R\$ 0,93	R\$ 2.604,00
137	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10MG AMPOLA COM 1ML INJETÁVEL	AMP	1.400	R\$ 3,95	R\$ 5.530,00
138	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 1ML	AMP	8.600	R\$ 16,50	R\$ 141.900,00
139	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM EPINEFRINA AMPOLA	AMP	14.400	R\$ 20,83	R\$ 299.952,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

	COM 20ML INJETÁVEL				
140	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% INJETAVEL	AMP	7.200	R\$ 8,23	R\$ 59.256,00
141	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2,5ML.	AMP	43.200	R\$ 2,60	R\$ 112.320,00
142	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 75MG/3ML INJETÁVEL AMPOLA COM 3ML	AMP	14.400	R\$ 4,46	R\$ 64.224,00
143	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/3ML INJETÁVEL AMPOLA COM 3ML	AMP	28.800	R\$ 1,36	R\$ 39.168,00
144	DIPIRONA SÓDICA 1G AMPOLA INJETÁVEL	AMP	43.200	R\$ 1,59	R\$ 68.688,00
145	ENOXAPARINA 60MG	AMP	360	R\$ 69,23	R\$ 24.922,80
146	ENOXAPARINA 40MG	AMP	360	R\$ 20,42	R\$ 7.351,20
147	FITOMENADIONA INJETÁVEL	AMP	5.100	R\$ 5,65	R\$ 28.815,00
148	FUROSEMIDA INJETAVEL	AMP	5.700	R\$ 1,39	R\$ 7.923,00
149	GENTAMICINA 40MG	AMP	5.700	R\$ 1,93	R\$ 11.001,00
150	GENTAMICINA 80MG	AMP	11.500	R\$ 1,90	R\$ 21.850,00
151	GLICERINA 12% 500ML	AMP	1.100	R\$ 39,55	R\$ 43.505,00
152	GLICOSE 25%	AMP	7.200	R\$ 1,18	R\$ 8.496,00
153	GLICOSE 50%	AMP	7.200	R\$ 1,28	R\$ 9.216,00
154	GLUCONATO DE CALCIO 10% 10ML	AMP	2.160	R\$ 6,29	R\$ 13.586,40
155	HEPARINA SÓDICA 25.000/5ML	AMP	1.700	R\$ 24,10	R\$ 40.970,00
156	HEPARINA SÓDICA 5.000/0/25ML SUBCUTANEO	AMP	1.700	R\$ 10,53	R\$ 17.901,00
157	HIDROCORTISONA 100MG	AMP	6.900	R\$ 6,71	R\$ 46.299,00
158	HIDROCORTISONA 500MG	AMP	6.900	R\$ 10,74	R\$ 74.106,00
159	IMUNOGLOBULINA	AMP	144	R\$ 495,62	R\$ 71.369,28
160	LEVOFLOXACINO 5MG 100ML	AMP	280	R\$ 40,67	R\$ 11.387,60
161	MALEATO DE METILERGOMETRINA	AMP	144	R\$ 4,82	R\$ 694,08
162	METILPREDNISOLONA 125MG	AMP	216	R\$ 16,89	R\$ 3.648,24
163	METILPREDNISOLONA 500MG	AMP	216	R\$ 22,77	R\$ 4.918,32
164	METOCLOPRAMIDA	AMP	7.200	R\$ 1,25	R\$ 9.000,00
165	METRONIDAZOL 100ML INJ	AMP	5.700	R\$ 7,91	R\$ 45.087,00
166	NEOCAINA PESADA	AMP	144	R\$ 7,80	R\$ 1.123,20
167	NOOTROPIL 200MG/ML INJETÁVEL	AMP	1.440	R\$ 7,83	R\$ 11.275,20
168	NOREPINEFRINA 2MG/4ML	AMP	860	R\$ 2,28	R\$ 1.960,80
169	NORIPURUM INJETÁVEL	AMP	1.440	R\$ 16,91	R\$ 24.350,40
170	OMEPRAZOL 40MG	AMP	2.800	R\$ 26,35	R\$ 73.780,00
171	ONDANSETRONA 2MG/ML	AMP	10.000	R\$ 3,07	R\$ 30.700,00
172	OXACILINA SÓDICA 500MG	AMP	5.000	R\$ 7,43	R\$ 37.150,00
173	OCITOCINA SÓDICA	AMP	144	R\$ 8,08	R\$ 1.163,52
174	PROMETAZINA(FERNAGAN) 25MG/2ML 100AMP	AMP	14.400	R\$ 5,99	R\$ 86.256,00
175	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML.	AMP	21.600	R\$ 9,31	R\$ 201.096,00
176	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML.	AMP	21.600	R\$ 8,46	R\$ 182.736,00
177	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML.	AMP	21.600	R\$ 13,45	R\$ 290.520,00
178	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500ML.	AMP	21.600	R\$ 10,79	R\$ 233.064,00
179	SORO GLICOSADO 5% 250ML.	AMP	14.400	R\$ 12,82	R\$ 184.608,00
180	SORO GLICOSADO 5% 500ML.	AMP	16.200	R\$ 15,81	R\$ 256.122,00
181	SORO MANITOL 250 ML	AMP	720	R\$ 22,93	R\$ 16.509,60
182	SORO RINGER COM LACTADO 500 ML.	AMP	12.900	R\$ 18,24	R\$ 235.296,00
183	SORO RINGER SIMPLES 500ML.	AMP	8.600	R\$ 17,44	R\$ 149.984,00
184	SULFADIAZINA DE PRATA 400 G	PT	430	R\$ 63,02	R\$ 27.098,60
185	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 10ML INJ	AMP	430	R\$ 3,53	R\$ 1.517,90
186	SUPOSITARIO DE GLICERINA ADULTO	UND	430	R\$ 1,06	R\$ 455,80
187	SUPOSITARIO DE GLICERINA INFANTIL	UND	430	R\$ 0,98	R\$ 421,40
188	TENOXICAM 20 MG	AMP	1.440	R\$ 26,60	R\$ 38.304,00
189	TENOXICAM 40 MG INJETAVEL	AMP	1.440	R\$ 26,80	R\$ 38.592,00
190	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 + B6 + B12	AMP	21.600	R\$ 2,11	R\$ 45.576,00
191	ABAIXADOR DE LÍNGUA	PCT	360	R\$ 13,91	R\$ 5.007,60
192	AGUA PARA AUTOCLAVE	GL	72	R\$ 17,86	R\$ 1.285,92
193	AGULHA DESCARTÁVEL 13X4,5	UND	28.800	R\$ 0,19	R\$ 5.472,00
194	AGULHA DESCARTÁVEL 20X5,5	UND	43.200	R\$ 0,11	R\$ 4.752,00
195	AGULHA DESCARTÁVEL 25X7	UND	64.800	R\$ 0,10	R\$ 6.480,00
196	AGULHA DESCARTÁVEL 25X6	UND	17.280	R\$ 0,15	R\$ 2.592,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

197	AGULHA DESCARTÁVEL 25X8	UND	43.200	R\$ 0,10	R\$ 4.320,00
198	AGULHA DESCARTÁVEL 30X0,7	UND	21.600	R\$ 0,13	R\$ 2.808,00
199	AGULHA DESCARTÁVEL 30X8	UND	21.600	R\$ 0,11	R\$ 2.376,00
200	AGULHA DESCARTÁVEL 40X12	UND	21.600	R\$ 0,12	R\$ 2.592,00
201	AGULHA DESCARTÁVEL PARA ANESTESIA ESPINHAL 25GX3	UND	720	R\$ 9,29	R\$ 6.688,80
202	AGULHA DESCARTÁVEL PARA ANESTESIA ESPINHAL 26GX3	UND	720	R\$ 9,29	R\$ 6.688,80
203	ALGODÃO HIDROFILO 500 GR.	PCT	4.300	R\$ 31,66	R\$ 136.138,00
204	ALGODÃO ORTOPÉDICO 15CMX LARG X 1M	PCT	1.440	R\$ 18,08	R\$ 26.035,20
205	ALMOTOLIA 250ML	UND	288	R\$ 9,21	R\$ 2.652,48
206	ALMOTOLIA 500 ML	UND	720	R\$ 23,13	R\$ 16.653,60
207	APARELHO DE GLICOSIMETRO (ON CALL PLUS)	UND	80	R\$ 104,29	R\$ 8.343,20
208	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL	UND	288	R\$ 232,46	R\$ 66.948,48
209	ATADURA DE CREPE 10 CM	PCT	7.200	R\$ 6,76	R\$ 48.672,00
210	ATADURA DE CREPE 12CM	PCT	7.200	R\$ 8,61	R\$ 61.992,00
211	ATADURA DE CREPE 15 CM	PCT	7.200	R\$ 10,81	R\$ 77.832,00
212	ATADURA DE CREPE 20 CM	PCT	7.200	R\$ 15,68	R\$ 112.896,00
213	ATADURA DE GESSO 10 CM	PCT	360	R\$ 140,96	R\$ 50.745,60
214	ATADURA DE GESSO 12 CM	PCT	360	R\$ 121,28	R\$ 43.660,80
215	ATADURA DE GESSO 15 CM	PCT	360	R\$ 203,91	R\$ 73.407,60
216	ATADURA GESSO 20 CM PCT C/20UND	PCT	144	R\$ 248,99	R\$ 35.854,56
217	AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA 40 G	UND	2.800	R\$ 6,90	R\$ 19.320,00
218	BOLSA COLETORA DE URINA 2.000 ML	UND	4.300	R\$ 9,90	R\$ 42.570,00
219	BOLSA P/ COLOSTOMIA 30-60MM KANGLI CARE	UND	1.400	R\$ 21,92	R\$ 30.688,00
220	CAMPO OPERATÓRIO 45X50 CM	PCT	720	R\$ 103,60	R\$ 74.592,00
221	CATETER N 18	UND	4.300	R\$ 1,43	R\$ 6.149,00
222	CATETER N 20	UND	14.400	R\$ 1,40	R\$ 20.160,00
223	CATETER N 16	UND	4.300	R\$ 1,02	R\$ 4.386,00
224	CATETER N 22	UND	14.400	R\$ 1,59	R\$ 22.896,00
225	CATETER N 24	UND	14.400	R\$ 1,84	R\$ 26.496,00
226	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS ADULTO	UND	8.600	R\$ 4,58	R\$ 39.388,00
227	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS INFANTIL	UND	2.800	R\$ 16,20	R\$ 45.360,00
228	CLAMP UMBILICAL ESTÉRIL	UND	144	R\$ 1,70	R\$ 244,80
229	COLETOR DE EXAME UNIVERSAL	UND	4.320	R\$ 0,76	R\$ 3.283,20
230	COLETOR DE MAT PERFURANTE 13 LITROS	UND	1.440	R\$ 15,41	R\$ 22.190,40
231	COLETOR DE MAT PERFURANTE 20 LITROS	UND	3.600	R\$ 20,64	R\$ 74.304,00
232	DRENO DE PEN ROSE ESTÉRIL N°1	PCT	72	R\$ 24,05	R\$ 1.731,60
233	DRENO DE PEN ROSE ESTÉRIL N°2	PCT	72	R\$ 16,96	R\$ 1.221,12
234	DRENO DE PEN ROSE ESTÉRIL N°3	PCT	72	R\$ 35,66	R\$ 2.567,52
235	DRENO DE PEN ROSE ESTÉRIL N°4	PCT	72	R\$ 35,66	R\$ 2.567,52
236	ELETRODO DESCARTÁVEL PARA MONITORAÇÃO CARDIACA	CX	28	R\$ 29,62	R\$ 829,36
237	EQUIPO COM 02 VIAS COM CORTA FLUXO (POLIFIX)	UND	28.800	R\$ 1,75	R\$ 50.400,00
238	EQUIPO DE SORO MACRO GOTAS COM INJETOR LATERAL	UND	28.800	R\$ 1,87	R\$ 53.856,00
239	EQUIPO PARA DIETA ENTERAL COM CONEXÃO ESCALONADA	UND	1.440	R\$ 2,73	R\$ 3.931,20
240	EQUIPO PARA TRASFUSÃO DE SANGUE	UND	1.440	R\$ 5,67	R\$ 8.164,80
241	ESPARADRAPO HIPOALÉRGICO 10CMX4,5	RL	1.440	R\$ 10,69	R\$ 15.393,60
242	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10CMX4,5,5CM.	RL	10.800	R\$ 15,96	R\$ 172.368,00
243	FILME DE RAO X 18X24	CX	40	R\$ 285,18	R\$ 11.407,20
244	FILME DE RAO X 24X30	CX	40	R\$ 339,22	R\$ 13.568,80
245	FILME DE RAO X 35X35	CX	60	R\$ 637,50	R\$ 38.250,00
246	FILME DE RAO X 30X40	CX	40	R\$ 596,72	R\$ 23.868,80
247	FILME DE RAO X 35X43	CX	60	R\$ 617,69	R\$ 37.061,40
248	FIO ALGODÃO 0 AG.	CX	144	R\$ 108,65	R\$ 15.645,60
249	FIO ALGODÃO 1 AG.	CX	144	R\$ 127,89	R\$ 18.416,16
250	FIO ALGODÃO 2-0 AG	CX	144	R\$ 113,96	R\$ 16.410,24
251	FIO ALGODÃO 3-0 AG.	CX	144	R\$ 118,26	R\$ 17.029,44
252	FIO CAT GUT SIMPLES 1 AG.	CX	288	R\$ 215,63	R\$ 62.101,44
253	FIO CAT-GUT CROMADO 0 AG.	CX	288	R\$ 210,98	R\$ 60.762,24
254	FIO CAT-GUT CROMADO 1-0 AG	CX	30	R\$ 234,92	R\$ 7.047,60
255	FIO CAT-GUT CROMADO 2-0 AG	CX	288	R\$ 231,76	R\$ 66.746,88
256	FIO CAT-GUT CROMADO 3-0 AG	CX	288	R\$ 245,03	R\$ 70.568,64



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

257	FIO CAT-GUT CROMADO 4-0 AG	CX	288	R\$ 269,33	R\$ 77.567,04
258	FIO CAT-GUT CROMADO 5-0 AG	CX	288	R\$ 241,33	R\$ 69.503,04
259	FIO CAT-GUT SIMPLES 0 AG	CX	288	R\$ 229,96	R\$ 66.228,48
260	FIO CAT GUT SIMPLES 2-0 AG	CX	288	R\$ 233,42	R\$ 67.224,96
261	FIO CATGUT SIMPLES 3-0 AG	CX	288	R\$ 220,63	R\$ 63.541,44
262	FIO NYLON 0 COM AGULHA	CX	144	R\$ 89,51	R\$ 12.889,44
263	FIO NYLON 2-0 AG	CX	108	R\$ 99,60	R\$ 10.756,80
264	FIO NYLON 3-0 AG	CX	108	R\$ 98,37	R\$ 10.623,96
265	FIO NYLON 4-0 AG	CX	108	R\$ 98,70	R\$ 10.659,60
266	FIO NYLON 5-0 AG	CX	108	R\$ 103,31	R\$ 11.157,48
267	FIO POLIGLICOLICO 0 AG	CX	144	R\$ 327,80	R\$ 47.203,20
268	FIO POLIGLICOLICO 1 AG	CX	144	R\$ 327,27	R\$ 47.126,88
269	FIO POLIGLICOLICO 2-0 AG	CX	144	R\$ 324,28	R\$ 46.696,32
270	FITA HOSPITALAR 16X50 CM	UND	1.440	R\$ 7,86	R\$ 11.318,40
271	FITA TESTE PARA AUTOCLAVE	UND	720	R\$ 9,83	R\$ 7.077,60
272	FITAS PARA GLICOSE (ON CALL PLUS) CX/50	CX	432	R\$ 51,42	R\$ 22.213,44
273	FIXADOR CITOLÓGICO 100 ML	FR	432	R\$ 13,70	R\$ 5.918,40
274	FIXADOR PARA RAO X 32 L	KIT	14	R\$ 351,60	R\$ 4.922,40
275	FIXADOR RAO X 38LTR.	GL	360	R\$ 786,82	R\$ 283.255,20
276	COMPRESSA DE GAZE 7,5CM X 7,5CM PCT/500	PCT	3.600	R\$ 26,60	R\$ 95.760,00
277	GAZE ESTÉRIL C/10 UND	UND	7.200	R\$ 0,86	R\$ 6.192,00
278	GAZE ROLOS.	UND	3.600	R\$ 34,36	R\$ 123.696,00
279	GEL PARA ULTRASSONOGRRAFIA	GL	720	R\$ 91,74	R\$ 66.052,80
280	KITS FIO OBSTÉTRICO Nº 0	CX	144	R\$ 305,86	R\$ 44.043,84
281	KITS PARA PAPANICOLAU TAM. P	UND	4.320	R\$ 8,93	R\$ 38.577,60
282	KITS PARA PAPANICOLAU TAM. M	UND	4.320	R\$ 8,93	R\$ 38.577,60
283	KITS PARA PAPANICOLAU TAM. G	UND	4.320	R\$ 9,08	R\$ 39.225,60
284	LAMINAS DE BISTURI N 15	CX	144	R\$ 82,96	R\$ 11.946,24
285	LAMINAS DE BISTURI N 22	CX	144	R\$ 133,88	R\$ 19.278,72
286	LAMINAS DE BISTURI N 23	CX	144	R\$ 68,58	R\$ 9.875,52
287	LAMINAS DE BISTURI N 24	CX	360	R\$ 65,40	R\$ 23.544,00
288	LANCETA DESCARTAVEL PARA TESTE DE GLICEMIA	CX	7.200	R\$ 7,93	R\$ 57.096,00
289	LARINGOSCOPIO COM 3 LAMINAS ADULTO	UND	14	R\$ 1.137,57	R\$ 15.925,98
290	LARINGOSCOPIO COM 3 LAMINAS INFANTIL	UND	14	R\$ 1.134,00	R\$ 15.876,00
291	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 6,5	PR	2.880	R\$ 2,59	R\$ 7.459,20
292	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7.0	PR	5.760	R\$ 1,71	R\$ 9.849,60
293	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7.5 .	PR	5.760	R\$ 1,73	R\$ 9.964,80
294	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8.0	PR	1.440	R\$ 2,08	R\$ 2.995,20
295	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8.5	PR	1.440	R\$ 1,97	R\$ 2.836,80
296	LUVA DE PROCEDIMENTO GRANDE.	CX	5.760	R\$ 55,62	R\$ 320.371,20
297	LUVA DE PROCEDIMENTO MÉDIA.	CX	8.640	R\$ 38,57	R\$ 333.244,80
298	LUVA DE PROCEDIMENTO PEQUENA.	CC	8.640	R\$ 38,97	R\$ 336.700,80
299	MÁSCARA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO ADULTO	UND	144	R\$ 15,44	R\$ 2.223,36
300	MÁSCARA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO INFANTIL	UND	144	R\$ 16,44	R\$ 2.367,36
301	MÁSCARA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO	CX	10.000	R\$ 9,41	R\$ 94.100,00
302	MÁSCARA N95	UND	720	R\$ 4,82	R\$ 3.470,40
303	MÁSCARA VENTURI DE NÃO REINALAÇÃO COM RESERVATÓRIO ADULTO	UND	30	R\$ 13,07	R\$ 392,10
304	MÁSCARA VENTURI DE NÃO REINALAÇÃO COM RESERVATÓRIO INFANTIL	UND	30	R\$ 13,18	R\$ 395,40
305	OLEO DE AGE 200ML	FR	1.152	R\$ 9,57	R\$ 11.024,64
306	OXIMETRO DE PULSO	UND	72	R\$ 118,87	R\$ 8.558,64
307	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 100MMX100M	UND	72	R\$ 97,75	R\$ 7.038,00
308	PAPEL GRAU CIRURGICO 150MMX100M	UND	72	R\$ 171,35	R\$ 12.337,20
309	PAPEL GRAU CIRURGICO 200MMX100M	UND	72	R\$ 194,66	R\$ 14.015,52
310	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 300MMX100	UND	72	R\$ 294,26	R\$ 21.186,72
311	PORTA LAMINAS TIPO BOREL	UND	720	R\$ 0,76	R\$ 547,20
312	PAPEL PARA MACA 70X50	RL	432	R\$ 18,99	R\$ 8.203,68
313	PAPEL PARA MACA 50X50	RL	432	R\$ 18,29	R\$ 7.901,28
314	PROPÉ DESCARTAVEL TIPO SAPATILHA	PCT	1.440	R\$ 28,56	R\$ 41.126,40



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

315	REANIMADOR MANUAL ADULTO	UND	14	R\$ 297,78	R\$ 4.168,92
316	REANIMADOR MANUAL INFANTIL	UND	14	R\$ 285,86	R\$ 4.002,04
317	REANIMADOR MANUAL NEO	UND	14	R\$ 294,04	R\$ 4.116,56
318	REVELADOR PARA RAO X 32L	KIT	14	R\$ 677,17	R\$ 9.480,38
319	SACO PARA LIXO INFECTANTE 100L	FR	280	R\$ 76,27	R\$ 21.355,60
320	SACO PARA LIXO INFECTANTE 50L	FR	280	R\$ 48,10	R\$ 13.468,00
321	SCALP N 21	UND	14.400	R\$ 0,51	R\$ 7.344,00
322	SCALP N 23	UND	21.600	R\$ 0,53	R\$ 11.448,00
323	SCALP N 19	UND	1.440	R\$ 0,51	R\$ 734,40
324	SCALP N 25	UND	14.400	R\$ 0,52	R\$ 7.488,00
325	SCALP N 27	UND	1.440	R\$ 0,70	R\$ 1.008,00
326	SERINGA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 1 ML C/AGULHA 13X4,5	UND	28.800	R\$ 0,47	R\$ 13.536,00
327	SERINGA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 10 ML SEM AGULHA	UND	72.000	R\$ 0,29	R\$ 20.880,00
328	SERINGA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 20 ML SEM AGULHA	UND	72.000	R\$ 0,53	R\$ 38.160,00
329	SERINGA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 3 ML SEM AGULHA	UND	72.000	R\$ 0,30	R\$ 21.600,00
330	SERINGA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 5 ML SEM AGULHA	UND	72.000	R\$ 0,24	R\$ 17.280,00
331	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 10	UND	2.800	R\$ 6,04	R\$ 16.912,00
332	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 12	UND	2.800	R\$ 5,16	R\$ 14.448,00
333	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 14	UND	2.800	R\$ 5,14	R\$ 14.392,00
334	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 16	UND	2.800	R\$ 5,59	R\$ 15.652,00
335	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 18	UND	2.800	R\$ 5,59	R\$ 15.652,00
336	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 20	UND	2.160	R\$ 8,96	R\$ 19.353,60
337	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 22	UND	2.160	R\$ 6,43	R\$ 13.888,80
338	SONDA DE LEVINE (NASOGÁSTRICA) Nº 08	UND	1.440	R\$ 3,28	R\$ 4.723,20
339	SONDA DE LEVINE (NASOGÁSTRICA) LONGA Nº 10	UND	1.440	R\$ 1,53	R\$ 2.203,20
340	SONDA DE LEVINE (NASOGÁSTRICA) LONGA Nº 12	UND	1.440	R\$ 1,34	R\$ 1.929,60
341	SONDA DE NUTRIÇÃO ENTERAL COM GUIA	UND	720	R\$ 35,63	R\$ 25.653,60
342	SONDA DE URETRAL Nº 8	UND	2.160	R\$ 1,10	R\$ 2.376,00
343	SONDA DE URETRAL Nº 12	UND	2.160	R\$ 1,34	R\$ 2.894,40
344	SONDA DE URETRAL Nº 14	UND	2.160	R\$ 1,60	R\$ 3.456,00
345	SONDA DE URETRAL Nº 16	UND	2.160	R\$ 1,72	R\$ 3.715,20
346	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 4	UND	860	R\$ 2,46	R\$ 2.115,60
347	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 6	UND	570	R\$ 2,62	R\$ 1.493,40
348	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 8	UND	570	R\$ 2,40	R\$ 1.368,00
349	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 10	UND	570	R\$ 1,23	R\$ 701,10
350	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 12	UND	570	R\$ 1,37	R\$ 780,90
351	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 14	UND	570	R\$ 1,51	R\$ 860,70
352	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 8	UND	570	R\$ 3,24	R\$ 1.846,80
353	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14	UND	570	R\$ 1,49	R\$ 849,30
354	SONDA PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 04	UND	570	R\$ 1,69	R\$ 963,30
355	SONDA PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06	UND	570	R\$ 1,07	R\$ 609,90
356	SONDA PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08	UND	570	R\$ 1,71	R\$ 974,70
357	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	UND	570	R\$ 3,10	R\$ 1.767,00
358	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	UND	570	R\$ 3,33	R\$ 1.898,10
359	SONDA PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	UND	570	R\$ 3,97	R\$ 2.262,90
360	SONDA URETRAL Nº 04	UND	2.160	R\$ 1,66	R\$ 3.585,60
361	SONDA URETRAL Nº 06	UND	2.160	R\$ 1,29	R\$ 2.786,40
362	SONDA URETRAL Nº 10	UND	2.160	R\$ 1,29	R\$ 2.786,40
363	TELA INORGANICA 15 X 15	UND	144	R\$ 81,71	R\$ 11.766,24
364	TELA INORGANICA 30 X 30	UND	144	R\$ 150,05	R\$ 21.607,20
365	TERMOMETRO CLÍNICO DIGITAL	UND	30	R\$ 12,37	R\$ 371,10
366	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA COM ELÁSTICO	UND	4.320	R\$ 16,60	R\$ 71.712,00
367	VASELINA LIQUIDA	UND	70	R\$ 59,37	R\$ 4.155,90
368	AGUA OXIGENADA 10 VOLUME	LT	80	R\$ 9,61	R\$ 768,80
369	ALCOOL 70%.	LT	17.280	R\$ 13,99	R\$ 241.747,20
370	ÁLCOOL EM GEL - ANTI SÉPTICO.	LT	17.280	R\$ 14,47	R\$ 250.041,60
371	CLOREXIDINA 2%	LT	1.152	R\$ 29,99	R\$ 34.548,48
372	CLOREXIDINA 0,5%	LT	280	R\$ 21,44	R\$ 6.003,20
373	ESCOVA/ESPONJA COM CLOREXIDINA	UND	1.700	R\$ 3,97	R\$ 6.749,00
374	GERMI - RIO - DESINFETANTE	GL	80	R\$ 69,67	R\$ 5.573,60



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

375	POVIDINE DEGERMANTE 1LT	LT	430	R\$ 99,15	R\$ 42.634,50
376	POVIDINE TÓPICO 1LT	LT	430	R\$ 97,49	R\$ 41.920,70
377	FRALDA GERIÁTRICA G	PCT	720	R\$ 21,34	R\$ 15.364,80
378	FRALDA GERIÁTRICA M	PCT	720	R\$ 29,92	R\$ 21.542,40
379	FRALDA GERIÁTRICA XG	PCT	720	R\$ 20,88	R\$ 15.033,60
380	ÁCIDO GEL 37% BISNAGA C/ 3	PACOTE	430	R\$ 12,87	R\$ 5.534,10
381	ADESIVO PARA RESINA AUTOCONDICIONANTE DENTINA E ESMALTE	FRASCO	170	R\$ 64,90	R\$ 11.033,00
382	AGULHA GENGIVAL LONGA CX C/100	CAIXA	340	R\$ 67,99	R\$ 23.116,60
383	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C-100	CAIXA	500	R\$ 67,84	R\$ 33.920,00
384	ALAVANCA CURVA TIPO BANDEIRINHA Nº IR, 4R, 4L.	UNIDADE	170	R\$ 162,00	R\$ 27.540,00
385	ALAVANCA RETA Nº304	UNIDADE	80	R\$ 53,19	R\$ 4.255,20
386	ÁLCOOL A 70% 1000L	UNIDADE	170	R\$ 10,22	R\$ 1.737,40
387	ALGODÃO EM ROLETES DENTAL C/100UNIDADES	PACOTE	1.580	R\$ 4,75	R\$ 7.505,00
388	ALVEOLEX: ALVEOLEX (CURATIVO ALVEOLAR LÍQUIDO)	FRASCO	172	R\$ 45,28	R\$ 7.788,16
389	ALVEOLÓTOMO: EM AÇO INOX	UNIDADE	115	R\$ 140,95	R\$ 16.209,25
390	ANESTÉSICO 3% COM VASO CX	CAIXA	720	R\$ 89,86	R\$ 64.699,20
391	ANESTÉSICO 3% SEM VASO CX	UNIDADE	180	R\$ 102,18	R\$ 18.392,40
392	ANESTÉSICO TÓPICO 20% 12G	UNIDADE	100	R\$ 16,45	R\$ 1.645,00
393	APARELHO DENTAL ELÉTRICO ULTRASSÔNICO	UNIDADE	7	R\$ 1.053,17	R\$ 7.372,19
394	APLICADOR BRUSH FINO AZUL C-100	PACOTE	170	R\$ 18,31	R\$ 3.112,70
395	AVENTAL DESCARTÁVEL COM MANGA LONGA: PACOTE COM 10	PACOTE	720	R\$ 66,73	R\$ 48.045,60
396	BICARBONATO DE SÓDIO ODONTOLÓGICO: 200G	UNIDADE	119	R\$ 7,97	R\$ 948,43
397	BROCA CIRÚRGICA Nº 703 EMBALAGEM BLISTER INDIVIDUAL.	UNIDADE	140	R\$ 20,71	R\$ 2.899,40
398	BROCA CIRÚRGICA Nº 06 EMBALAGEM BLISTER INDIVIDUAL	UNIDADE	140	R\$ 20,71	R\$ 2.899,40
399	BROCA CIRÚRGICA Nº 08 EMBALAGEM BLISTER INDIVIDUAL.	UNIDADE	140	R\$ 20,71	R\$ 2.899,40
400	BROCA CIRÚRGICA Nº 702: AUTOCLAVÁVEIS PRODUZIDAS EM AÇO	UNIDADE	140	R\$ 20,71	R\$ 2.899,40
401	BROCA CIRÚRGICA ZECRYAS	CAIXA	140	R\$ 29,77	R\$ 4.167,80
402	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO: N °1016	UNIDADE	280	R\$ 3,87	R\$ 1.083,60
403	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO: Nº1014	UNIDADE	280	R\$ 3,86	R\$ 1.080,80
404	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO CILÍNDRICA	UNIDADE	280	R\$ 3,81	R\$ 1.066,80
405	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO CONE INVERTIDO	UNIDADE	280	R\$ 29,58	R\$ 8.282,40
406	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N 1012	UNIDADE	280	R\$ 3,81	R\$ 1.066,80
407	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N 1013	UNIDADE	280	R\$ 3,81	R\$ 1.066,80
408	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N 1014	UNIDADE	280	R\$ 3,81	R\$ 1.066,80
409	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1010	UNIDADE	140	R\$ 3,83	R\$ 536,20
410	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1015	UNIDADE	280	R\$ 3,83	R\$ 1.072,40
411	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº04	UNIDADE	160	R\$ 15,00	R\$ 2.400,00
412	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº06	UNIDADE	160	R\$ 15,00	R\$ 2.400,00
413	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº08	UNIDADE	160	R\$ 15,00	R\$ 2.400,00
414	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE AMALGAMA	KIT	40	R\$ 93,18	R\$ 3.727,20
415	BROCA DIAMANTADA 3195 C-10	CAIXA	720	R\$ 39,11	R\$ 28.159,20
416	BROCA DIAMANTADA 3118 C-10	CAIXA	720	R\$ 37,92	R\$ 27.302,40
417	BROCA DIAMANTADA 3168 EF C-10	CAIXA	720	R\$ 38,92	R\$ 28.022,40
418	BROCA DIAMANTADA 1016 C/10	CAIXA	360	R\$ 38,36	R\$ 13.809,60
419	BROCA DIAMANTADA 1014 C/10	CAIXA	360	R\$ 38,70	R\$ 13.932,00
420	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO PONTA DE LÁPIS C/7	KIT	40	R\$ 79,82	R\$ 3.192,80
421	BROCA ESFÉRICA DE ALTA ROTAÇÃO 1016	UNIDADE	230	R\$ 6,10	R\$ 1.403,00
422	BROCA ESFÉRICA DE ALTA ROTAÇÃO N: 1018	UNIDADE	70	R\$ 6,04	R\$ 422,80
423	BROQUEIRO METÁLICO PEQUENO	UNIDADE	80	R\$ 33,10	R\$ 2.648,00
424	BRUNIDORES DE ALMÁLGAMAS	UNIDADE	60	R\$ 24,87	R\$ 1.492,20
425	CABO DE ESPELHO	UNIDADE	210	R\$ 8,63	R\$ 1.812,30
426	CAIXA DESCARTEX 5L	UNIDADE	70	R\$ 7,88	R\$ 551,60
427	CAIXA METÁLICA PERFURADA GEL (26CMX2CM)	UNIDADE	45	R\$ 205,52	R\$ 9.248,40
428	CIMENTO CIRÚRGICO PASTA PERIOBON	CAIXA	60	R\$ 113,98	R\$ 6.838,80
429	CIMENTO DE ZINCO EM PÓ	VIDRO	60	R\$ 24,57	R\$ 1.474,20
430	CIMENTO DE ZINCO LÍQUIDO	VIDRO	60	R\$ 24,90	R\$ 1.494,00
431	CLOREXIDINA 0,12%	FRASCO	140	R\$ 52,89	R\$ 7.404,60



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

432	COMPRESSA DE GAZE	PACOTE	1.150	R\$ 22,51	R\$ 25.886,50
433	CUNHA DE MADEIRA	PACOTE	170	R\$ 13,93	R\$ 2.368,10
434	CURETA DE DENTINA	UNIDADE	60	R\$ 20,15	R\$ 1.209,00
435	CURETA DE EXODONTIA	UNIDADE	60	R\$ 76,63	R\$ 4.597,80
436	DETERGENTE ENZIMÁTICO 1000L	UNIDADE	175	R\$ 26,03	R\$ 4.555,25
437	DISCO DE LIXA DE PAPEL	PACOTE	40	R\$ 63,19	R\$ 2.527,60
438	DISCO DE MANDRIL	UNIDADE	720	R\$ 3,36	R\$ 2.419,20
439	EDTA TRISÓDICO VIDRO	VIDRO	60	R\$ 10,00	R\$ 600,00
440	ESCOVA DE ROBSON	UNIDADE	860	R\$ 1,68	R\$ 1.444,80
441	ESCULPIDOR DE HELLEMBACK ADULTO	UNIDADE	30	R\$ 19,54	R\$ 586,20
442	ESCULPIDOR DE HELLEMBACK INFANTIL	UNIDADE	30	R\$ 19,54	R\$ 586,20
443	ESPÁTULA Nº24	UNIDADE	60	R\$ 24,43	R\$ 1.465,80
444	ESPÁTULA Nº36	UNIDADE	60	R\$ 20,97	R\$ 1.258,20
445	ESPELHO BUCAL Nº05	UNIDADE	570	R\$ 6,07	R\$ 3.459,90
446	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA 10 ML	FRASCO	60	R\$ 13,16	R\$ 789,60
447	EXPLORADORES	UNIDADE	80	R\$ 16,71	R\$ 1.336,80
448	FIO DENTAL COM 100M	TUBO	180	R\$ 5,56	R\$ 1.000,80
449	FIO NYLON 3-0 PRETO C/AG 45CM 3/8 C-24 – 20MM	CAIXA	180	R\$ 54,92	R\$ 9.885,60
450	FIO SUTURA SEDA PT A TRANC 3.0 C/AG 2MR	CAIXA	100	R\$ 55,83	R\$ 5.583,00
451	FITA PARA AUTOCLAVE	UNIDADE	720	R\$ 13,75	R\$ 9.900,00
452	FIXADOR RADIOGRÁFICO, VIDRO C/75 ML.	VIDRO	90	R\$ 35,67	R\$ 3.210,30
453	FLUOR GEL NEUTRO FRASCO COM 200ML	FRASCO	30	R\$ 11,97	R\$ 359,10
454	FÓRCEPS Nº 16	UNIDADE	72	R\$ 113,05	R\$ 8.139,60
455	FÓRCEPS Nº150	UNIDADE	72	R\$ 113,70	R\$ 8.186,40
456	FÓRCEPS Nº151	UNIDADE	72	R\$ 115,83	R\$ 8.339,76
457	FÓRCEPS Nº17	UNIDADE	72	R\$ 113,72	R\$ 8.187,84
458	FÓRCEPS Nº18L	UNIDADE	72	R\$ 116,62	R\$ 8.396,64
459	FÓRCEPS Nº18R	UNIDADE	72	R\$ 114,15	R\$ 8.218,80
460	FÓRCEPS Nº65	UNIDADE	72	R\$ 115,63	R\$ 8.325,36
461	FÓRCEPS Nº69	UNIDADE	72	R\$ 115,08	R\$ 8.285,76
462	GERME RIO 1000L	UNIDADE	180	R\$ 16,23	R\$ 2.921,40
463	GORRO - TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA	PACOTE	1.440	R\$ 14,40	R\$ 20.736,00
464	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A 10G	VIDRO	60	R\$ 10,01	R\$ 600,60
465	IONÓMERO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO EM PÓ	VIDRO	90	R\$ 90,47	R\$ 8.142,30
466	IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO	FRASCO	145	R\$ 89,96	R\$ 13.044,20
467	KIT DE POLIMENTO DENTAL CERÂMICA, SILICONE, BORRACHA	KITS	180	R\$ 537,95	R\$ 96.831,00
468	LIMA DE 21 MM Nº 15	CAIXA	60	R\$ 20,95	R\$ 1.257,00
469	LUVA DESCARTÁVEL C/100 UNIDADES (M)	CAIXA	870	R\$ 30,63	R\$ 26.648,10
470	LUVA DESCARTÁVEL C/100 UNIDADES (P)	CAIXA	870	R\$ 30,31	R\$ 26.369,70
471	MANDRIL	UNIDADE	720	R\$ 3,42	R\$ 2.462,40
472	MÁSCARA DESCARTÁVEL	CAIXA	1.150	R\$ 12,58	R\$ 14.467,00
473	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA C/ELÁSTICO BRANCA C-50	CAIXA	1.150	R\$ 12,79	R\$ 14.708,50
474	MATRIZ 0,7MM	UNIDADE	180	R\$ 3,59	R\$ 646,20
475	MATRIZ AÇO 0,5MM	UNIDADE	180	R\$ 3,34	R\$ 601,20
476	MICROBRUSH COM 100UNIDADE	CAIXA	170	R\$ 19,28	R\$ 3.277,60
477	MICROHÍBRIDA A2: CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 SERINGA DE 4G; COR: A2; RESINA	UNIDADE	140	R\$ 71,06	R\$ 9.948,40
478	MICROHÍBRIDA A3,5- - RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS EM DENTES	UNIDADE	170	R\$ 70,53	R\$ 11.990,10
479	MICROHÍBRIDA A3: COMPOSIÇÃO: À BASE DE BIS-GMA, COMPOSTA POR VIDRO DE BÁRIO	UNIDADE	170	R\$ 70,80	R\$ 12.036,00
480	MICROHÍBRIDA A4: RESINA COMPOSTA RESTAURADORA MICROHÍBRIDA FOTOATIVADA	UNIDADE	60	R\$ 75,07	R\$ 4.504,20
481	MICROHÍBRIDA A1: COMPOSIÇÃO: À BASE DE BIS-GMA, COMPOSTA POR VIDRO DE BÁRIO	UNIDADE	140	R\$ 71,06	R\$ 9.948,40
482	MICROHÍBRIDA A1: CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 SERINGA DE 4G; COR: AL; RESINA	UNIDADE	140	R\$ 71,06	R\$ 9.948,40
483	OBTURADOR PROVISÓRIO	FRASCO	70	R\$ 16,77	R\$ 1.173,90
484	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	UNIDADE	140	R\$ 13,39	R\$ 1.874,60
485	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO	FRASCO	170	R\$ 34,54	R\$ 5.871,80



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

486	PAPEL CARBONO P/ARTICULACAO AZUL C/12 FOLHAS	UNIDADE	140	R\$ 7,50	R\$ 1.050,00
487	PAPEL GRAU CIRÚRGICO ROLO	ROLO	140	R\$ 87,17	R\$ 12.203,80
488	PASTA PROFILÁTICA	UNIDADE	180	R\$ 11,58	R\$ 2.084,40
489	PELÍCULA RADIOGRÁFICA CAIXA COM 150UNID ADULTO	CAIXA	90	R\$ 312,94	R\$ 28.164,60
490	PÉLICULA RADIOGRÁFICA CX COM 150UNID INFANTIL	CAIXA	90	R\$ 388,85	R\$ 34.996,50
491	PINÇA CLÍNICA Nº 17, 16 CM, AÇO INOXIDÁVEL.	UNIDADE	70	R\$ 19,94	R\$ 1.395,80
492	PLACA DE VIDRO ESPESSA 10	UNIDADE	70	R\$ 26,33	R\$ 1.843,10
493	PLACA DE VIDRO FINA 02	UNIDADE	40	R\$ 10,72	R\$ 428,80
494	PORTA AMALGAMA: EM AÇO- INOXIDÁVEL, RESISTENTE A AUTOLAVAGEM, COM. ACABAMENTO	UNIDADE	70	R\$ 70,01	R\$ 4.900,70
495	POTE DAPPEN DE VIDRO TRANSPARENTE INCOLOR	UNIDADE	70	R\$ 5,31	R\$ 371,70
496	RASPADORES E CURETAS PERIODONTAIS, FORMAS	UNIDADE	70	R\$ 74,82	R\$ 5.237,40
497	RESINA FLUIDA Nº 04	UNIDADE	180	R\$ 53,52	R\$ 9.633,60
498	RESINA FLUIDA Nº 2	UNIDADE	140	R\$ 56,30	R\$ 7.882,00
499	RESINA FLUIDA Nº 3,5	UNIDADE	180	R\$ 53,52	R\$ 9.633,60
500	REVELADOR RADIOGRÁFICO FRASCO ODONTOLÓGICO COM 475 ML	FRASCO	90	R\$ 38,26	R\$ 3.443,40
501	SIDESMÓTOMO FAVA	UNIDADE	72	R\$ 25,83	R\$ 1.859,76
502	SODA CLORADA 2,5%	LITRO	43	R\$ 10,55	R\$ 453,65
503	SONDA PERIODONTAL MILIMETRADA: INDICADO PARA SONDAR O SULCO PERIODONTAL	UNIDADE	43	R\$ 44,24	R\$ 1.902,32
504	SUGADOR CIRÚRGICO-UTILIZADO: INTRA-ORAIS PARA SUCÇÃO DE SANGUE E DEMAIS	UNIDADE	172	R\$ 2,20	R\$ 378,40
505	SUGADOR DESCARTÁVEL COM 40 UNIDADE	PACOTE	435	R\$ 9,72	R\$ 4.228,20
506	SUGADOR ENDODÔNTICO DESCARTÁVEL	UNIDADE	115	R\$ 22,49	R\$ 2.586,35
507	TESOURA CIRÚRGICA PONTA CURVA 15 CM	UNIDADE	72	R\$ 42,28	R\$ 3.044,16
508	TESOURA CIRÚRGICA PONTA PEQUENA 15 CM	UNIDADE	72	R\$ 43,21	R\$ 3.111,12
509	TESOURA CIRÚRGICA PONTA RETA 15 CM	UNIDADE	72	R\$ 55,37	R\$ 3.986,64
510	TIRA DE LIXA POLIESTER	PACOTE	178	R\$ 1,77	R\$ 315,06
511	TRICLESOL FORMALINA- MATERIAL: PARA DESINFECÇÃO DE CANAL RADÍCULA, 10 ML.	VIDRO	57	R\$ 19,56	R\$ 1.114,92
512	VERNIZ COM FLUOR 10 ML	UNIDADE	43	R\$ 42,00	R\$ 1.806,00
					R\$ 15.120.388,10



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ____/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE ____/2024

Ao

Pregoeiro do Município de São Mateus do Maranhão (MA)

Assunto: Proposta de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº. ____/2024

DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:			
NOME FANTASIA:			
CNPJ:		INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:	CEP:	MUNICÍPIO:	UF:
TELEFONE:	EMAIL:		
REPRESENTANTE LEGAL P/ASSINATURA DA ATA/CONTRATO			
NOME COMPLETO:			
RG:	EMISSION:	CPF:	
ENDEREÇO:	CEP:	MUNICÍPIO:	
TELEFONES:	EMAIL:		
DADOS BANCÁRIOS			
BANCO:	AGÊNCIA:	C/C:	

Apresentamos ao pregoeiro e sua equipe de apoio, nossa proposta objetivando o _____, conforme PREGÃO ELETRÔNICO ____/2024. Segue proposta com descrição dos itens na planilha abaixo:

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA (se houver)	UNID	QUANT.	PREÇO R\$	
					UNIT. R\$	TOTAL R\$

Nossa proposta tem preço total de R\$(valor numérico e por extenso)

Prazo de Pagamento:

Prazo de entrega:

Validade da Proposta:

Declaro para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2024, que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente Pregão, bem como as despesas com execução dos serviços.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serviços serão executados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

(local e data)

(Nome e assinatura do responsável da empresa)

EDITAL



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024

ANEXO II-A –PLANILHA DE CUSTOS(MODELO)

Razão Social: XXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXX

Regime Tributário: (informar regime tributário da empresa)

Impostos Estaduais: (informar os impostos estaduais com sua respectiva alíquota).

Impostos Federais: (informar os impostos federais com sua respectiva alíquota).

Custos Indiretos: (mencionar os principais custos indiretos)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PREÇOS DE CUSTOS(R\$)	IMPOSTO FEDERAIS (R\$)	IMPOSTOS ESTADUAIS (R\$)	PREÇO DE VENDA (R\$)	CUSTOS INDERETOS (R\$)	LUCRO(R\$)	MARGEM DE LUCRO (R\$)
1								
2								
3								
4								
5								
6								



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024

ANEXO III

PROCESSO ADM. Nº ____/202
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de 202____, o MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO-MA, inscrito no CNPJ nº ____, através da Secretaria Municipal de ____, com sede na ____, São Mateus do Maranhão-MA, neste ato representada pela Secretária Municipal de ____, Srª. ____, portadora da cédula de identidade nº ____ e CPF nº ____, resolve registrar os preços das empresa(s) signatária(s), vencedora(s) do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024, sob o regime de compras pelo Sistema de REGISTRO DE PREÇOS para a eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de ____, de interesse desta Administração Pública Municipal, a teor do disposto na Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 029, de 21 de dezembro de 2023, Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores e demais normas pertinentes à espécie, em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO, FORNECEDOR(ES), PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS REGISTRADOS:

1.1. A presente Ata estabelece as cláusulas e condições gerais para a ____, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº ____/____, constituindo assim, em documento vinculativo e obrigacional às partes.

1.2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nome empresarial:							
CNPJ nº:							
Endereço:							
(DDD) Telefone: ____ (DDD) Fax: ____							
E-mail:							
Representante legal:							
CPF nº:							
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant. Máxima	Quant. Mínima	P. Unitário Registrado (R\$)	P. Total Registrado (R\$)

1.3. A empresa detentora do menor preço registrado assume o compromisso de fornecer os produtos, de acordo com as especificações, durante o período de vigência desta Ata.

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, **se for o caso**.

2. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR EXCLUSIVO

2.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE ____.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

FARMÁCIA BÁSICA			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	ÓRGÃO GERENCIADOR EXCLUSIVO
1	ACEBROFILINA 5 MG/ML XAROPE	FR	500
2	ACETILCISTEÍNA 200MG	FR	300
3	ACETILCISTEÍNA 20MG/ML	FR	2.400
4	ACETILCISTEÍNA 40/ML	FR	2.400
5	ACETILCISTEÍNA 600MG	FR	600
6	ACICLOVIR 200MG	COMP	4.500
7	ACICLOVIR CREME 50MG	TB	1.000
8	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	COMP	30.000
9	ÁCIDO FÓLICO 5MG	COMP	50.000
10	ALBENDAZOL 400MG	COMP	20.000
11	ALBENDAZOL 40MG FRASCO 10ML	FR	15.000
12	AMBROXOL (CLORIDRATO) 15MG/5 ML FRASCOS	FR	10.000
13	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30 MG/5ML FRASCOS	FR	10.000
14	AMOXICILINA + CLAVULANATO 400MG+57MG/5ML	FR	2.000
15	AMOXICILINA 250MG/5MG PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL	FR	5.000
16	AMOXICILINA 500MG	COMP	15.000
17	AMPICILINA 250MG/5ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 60ML	FR	500
18	AMPICILINA 500MG	COMP	8.400
19	ANLÓDIPINO 10 MG	COMP	30.000
20	ANLÓDIPINO 5 MG	COMP	30.000
21	ATENOLOL 100MG COMP.	COMP	30.000
22	ATENOLOL 25 MG	COMP	50.000
23	ATENOLOL 50MG	COMP	50.000
24	AZITROMICINA 600 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FR	5.000
25	AZITROMICINA HIDRATADA 500MG	COMP	5.000
26	BENZOATO DE BENZILA 60ML	FR	2.000
27	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG	FR	2.000
28	BETAMETASONA POMADA	TB	2.000
29	BROMIDRATO DE FENOTEROL	FR	1.000
30	BROMOPRIDA 10MG	COMP	6.000
31	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA COMPOSTO, FRASCO COM 20ML	FR	2.000
32	CAPTÓPRIL 25MG COMP.	COMP	75.000
33	CAPTÓPRIL 50MG COMP.	COMP	50.000
34	CEFALEXINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 60ML.	FR	6.000
35	CEFALEXINA 500MG	COMP	15.000
36	CETOCONAZOL 20 MG/G EM 30 G	TB	3.000
37	CETOCONAZOL 200MG	COMP	10.000
38	CIMETIDINA 200MG	COMP	2.000
39	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 10% SPRAY 50ML	FR	300
40	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA GELÉIA 20MG/GB BISNAGA COM 30G	TB	8.000
41	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG COMPRIMIDO	COMP	10.000
42	COLAGENASE 0,6 UI/G	TB	600
43	COMPLEXO B	COMP	15.000
44	COMPLEXO B LÍQUIDO	FR	10.000
45	DEXAMETASONA 0,10%	TB	10.000
46	DEXAMETASONA XAROPE	FR	10.000
47	DEXCLORFENIRAMINA 2MG COMP.	COMP	10.000
48	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 04MG/ML	FR	10.000
49	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG	COMP	15.000



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

50	DICLOFENACO SÓDICO 50MG	COMP	15.000
51	DIGOXINA 0,25MG	COMP	5.000
52	DIPIRONA SÓDICA 500MG	COMP	80.000
53	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS 10ML	FR	30.000
54	ENALAPRIL MALEATO 20 MG	COMP	80.000
55	ENALAPRIL(MALEATO)10 MG	COMP	80.000
56	FLORAX PEDIÁTRICO	FR	3.000
57	FLORAX-ADULTO	FR	3.000
58	FLUCONAZOL 150 MG	COMP	10.000
59	FUROSEMIDA 40MG	COMP	50.000
60	GLIBENCLAMIDA 5MG	COMP	60.000
61	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	COMP	60.000
62	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG	COMP	10.000
63	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO	FR	5.000
64	IBUPROFENO 300MG	COMP	20.000
65	IBUPROFENO 50MG/ML	FR	10.000
66	IBUPROFENO 600MG	COMP	30.000
67	IODETO DE POTÁSSIO	FR	1.000
68	IPATROPIO 20ML	FR	720
69	IVERMECTINA 6MG	COMP	8.000
70	LACTULOSE 667MG/ML 120ML	FR	1.000
71	LEVOFLOXACINO 500MG	COMP	1.000
72	LORATADINA 10MG	COMP	5.000
73	LOSARTANA 50MG	COMP	150.000
74	LOSARTANA POTÁSSICA 100MG	COMP	60.000
75	MEBENDAZOL SUSP 30ML	FR	10.000
76	METFORMINA 500MG	COMP	100.000
77	METFORMINA 850MG	COMP	100.000
78	METILDOPA 250MG	COMP	20.000
79	METILDOPA 500MG	COMP	50.000
80	METRONIDAZOL 250 MG	COMP	8.000
81	METRONIDAZOL GEL VG 50G	TB	12.000
82	MICONAZOL CREME VAGINAL	TB	2.000
83	NEOMICINA CREME DERMATOLÓGICO	TB	5.000
84	NIMESULIDA 50MG 15ML	FR	2.000
85	NIMESULIDA 100 MG	COMP	20.000
86	NISTATINA 25.000 UI/G	TB	10.000
87	NISTATINA SUSPENSÃO 50ML	FR	3.000
88	SULFADIAZINA DE PRATA	PT	500
89	ÓLEO CICATRIZANTE 200ML	FR	400
90	ÓLEO MINERAL 100%	FR	2.000
91	OMEPRAZOL 20 MG	COMP	17.000
92	PANTOPRAZOL 40 MG	COMP	5.000
93	PARACETAMOL 200MG 15ML	FR	10.000
94	PARACETAMOL 500 MG	COMP	15.000
95	PARACETAMOL 750 MG	COMP	15.000
96	PERMETRINA 5% LOÇÃO	FR	1.500
97	PREDINISONA 20MG	COMP	10.000
98	PREDINISONA 5MG	COMP	5.000
99	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 0,4%UL	FR	6.200
100	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL	ENV	6.000
101	SALBUTAMOL XAROPE 100ML	FR	500
102	SECNIDAZOL 1.000 MG	COMP	8.000
103	SIMETICONA 15 ML GOTAS	FR	13.000



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

104	SIMETICONA 40 MG	COMP	10.000
105	SINVASTATINA 20 MG	COMP	60.000
106	SINVASTATINA 40 MG	COMP	60.000
107	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA	COMP	20.000
108	SULFATO FERROSO GOTAS	FR	6.000
109	SULFATO FERROSO 40 MG	COMP	20.000
110	VITAMINA C (ÁCIDO ASCÓRBICO) 200 MG/ML GOTAS	FR	10.000
111	VITAMINA C (ÁCIDO ASCÓRBICO) 500 MG	COMP	6.000
MEDICAMENTO INJETÁVEL			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
112	ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML INJETÁVEL	AMP	30.000
113	ÁCIDO TRANEXÂMICO INJETÁVEL 50MG/ML	AMP	1.500
114	ADRENALINA 1G/ML AMPOLA COM 2ML INJETÁVEL	AMP	1.500
115	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML	AMP	6.000
116	ÁGUA PARA INJEÇÃO 500 ML	AMP	6.000
117	AMICACINA 250MG/ML AMPOLA 2ML INJETÁVEL	AMP	500
118	AMINOFILINA INJETÁVEL	AMP	2.000
119	AMIODARONA 50MG/3ML	AMP	1.000
120	AMPICILINA 1G INJETÁVEL	AMP	1.500
121	AMPICILINA 500MG INJETÁVEL	AMP	1.500
122	ATROPINA INJETÁVEL	AMP	1.500
123	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PÓ	AMP	6.000
124	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETÁVEL	AMP	6.000
125	BROMOPRIDA INJETÁVEL 10MG/ML	AMP	25.000
126	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML AMPOLA COM 1ML INJETÁVEL (COTA PRINCIPAL)	AMP	20.000
127	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DAPIRONA SÓDICA 500MG INJETÁVEL (COTA PRINCIPAL)	AMP	15.000
128	CEDILANIDE 0,2MG/ML INJETÁVEL AMP 2ML	AMP	300
129	CEFALOTINA SÓDICA 1G PÓ SUSPENSÃO INJETÁVEL	AMP	3.000
130	CEFAZOLINA 1G	AMP	2.400
131	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G, INJETÁVEL, ENDOVENOSO	AMP	10.000
132	CIMETIDINA 300MG, AMPOLA COM 2ML	AMP	30.000
133	CIPROFLOXACINO 200MG	AMP	3.000
134	CLORETO DE POTÁSSIO 10% INJETÁVEL	AMP	2.000
135	CLORETO DE SÓDIO 0,9% AMPOLA 10ML	AMP	2.000
136	CLORETO DE SÓDIO 10% INJETÁVEL	AMP	2.000
137	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10MG AMPOLA COM 1ML INJETÁVEL	AMP	1.000
138	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 1ML (COTA PRINCIPAL)	AMP	6.000
139	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM EPINEFRINA AMPOLA COM 20ML INJETÁVEL (COTA PRINCIPAL)	AMP	10.000
140	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% INJETÁVEL	AMP	5.000
141	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2,5ML.	AMP	30.000
142	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 75MG/3ML INJETÁVEL AMPOLA COM 3ML	AMP	10.000
143	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/3ML INJETÁVEL AMPOLA COM 3ML	AMP	20.000
144	DIPIRONA SÓDICA 1G AMPOLA INJETÁVEL	AMP	30.000
145	ENOXAPARINA 60MG	AMP	250
146	ENOXAPARINA 40MG	AMP	250
147	FITOMENADIONA INJETÁVEL	AMP	3.600
148	FUROSEMIDA INJETÁVEL	AMP	4.000
149	GENTAMICINA 40MG	AMP	4.000
150	GENTAMICINA 80MG	AMP	8.000



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

151	GLICERINA 12% 500ML	AMP	800
152	GLICOSE 25%	AMP	5.000
153	GLICOSE 50%	AMP	5.000
154	GLUCONATO DE CALCIO 10% 10ML	AMP	1.500
155	HEPARINA SÓDICA 25.000/5ML	AMP	1.200
156	HEPARINA SÓDICA 5.000/0/25ML SUBCUTANEO	AMP	1.200
157	HIDROCORTISONA 100MG	AMP	4.800
158	HIDROCORTISONA 500MG	AMP	4.800
159	IMUNOGLOBULINA	AMP	100
160	LEVOFLOXACINO 5MG 100ML	AMP	200
161	MALEATO DE METILERGOMETRINA	AMP	100
162	METILPREDNISOLONA 125MG	AMP	150
163	METILPREDNISOLONA 500MG	AMP	150
164	METOCLOPRAMIDA	AMP	5.000
165	METRONIDAZOL 100ML INJ	AMP	4.000
166	NEOCAINA PESADA	AMP	100
167	NOOTROPIL 200MG/ML INJETÁVEL	AMP	1.000
168	NOREPINEFRINA 2MG/4ML	AMP	600
169	NORIPURUM INJETÁVEL	AMP	1.000
170	OMEPRAZOL 40MG	AMP	2.000
171	ONDANSETRONA 2MG/ML	AMP	7.000
172	OXACILINA SÓDICA 500MG	AMP	3.500
173	OCITOCINA SÓDICA	AMP	100
174	PROMETAZINA(FERNEGAN) 25MG/2ML 100AMP	AMP	10.000
175	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML	AMP	15.000
176	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML	AMP	15.000
177	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML	AMP	15.000
178	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500ML	AMP	15.000
179	SORO GLICOSADO 5% 250ML	AMP	10.000
180	SORO GLICOSADO 5% 500ML	AMP	11.250
181	SORO MANITOL 250 ML	AMP	500
182	SORO RINGER COM LACTADO 500 ML	AMP	9.000
183	SORO RINGER SIMPLES 500ML	AMP	6.000
184	SULFADIAZINA DE PRATA 400 G	PT	300
185	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 10ML INJ	AMP	300
186	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA ADULTO	UND	300
187	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA INFANTIL	UND	300
188	TENOXICAM 20 MG	AMP	1.000
189	TENOXICAM 40 MG INJETAVEL	AMP	1.000
190	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 + B6 + B12	AMP	15.000
MATERIAL HOSPITALAR			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
191	ABAIXADOR DE LÍNGUA	PCT	250
192	AGUA PARA AUTOCLAVE	GL	50
193	AGULHA DESCARTÁVEL 13X4,5	UND	20.000
194	AGULHA DESCARTÁVEL 20X5,5	UND	30.000
195	AGULHA DESCARTÁVEL 25X7	UND	45.000
196	AGULHA DESCARTÁVEL 25X6	UND	12.000
197	AGULHA DESCARTÁVEL 25X8	UND	30.000
198	AGULHA DESCARTÁVEL 30X0,7	UND	15.000
199	AGULHA DESCARTÁVEL 30X8	UND	15.000
200	AGULHA DESCARTÁVEL 40X12	UND	15.000
201	AGULHA DESCARTÁVEL PARA ANESTESIA ESPINHAL 25GX3	UND	500
202	AGULHA DESCARTÁVEL PARA ANESTESIA ESPINHAL 26GX3	UND	500



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

203	ALGODÃO HIDROFILO 500 GR	PCT	3.000
204	ALGODÃO ORTOPÉDICO 15CMX LARG X 1M	PCT	1.000
205	ALMOTOLIA 250ML	UND	200
206	ALMOTOLIA 500 ML	UND	500
207	APARELHO DE GLICOSIMETRO (ON CALL PLUS)	UND	60
208	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL	UND	200
209	ATADURA DE CREPE 10 CM	PCT	5.000
210	ATADURA DE CREPE 12CM	PCT	5.000
211	ATADURA DE CREPE 15 CM	PCT	5.000
212	ATADURA DE CREPE 20 CM	PCT	5.000
213	ATADURA DE GESSO 10 CM	PCT	250
214	ATADURA DE GESSO 12 CM	PCT	250
215	ATADURA DE GESSO 15 CM	PCT	250
216	ATADURA GESSO 20 CM PCT C/20UND	PCT	100
217	AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA 40 G	UND	2.000
218	BOLSA COLETORA DE URINA 2.000 ML	UND	3.000
219	BOLSA P/ COLOSTOMIA 30-60MM KANGLI CARE	UND	1.000
220	CAMPO OPERATÓRIO 45X50 CM	PCT	500
221	CATETER N 18	UND	3.000
222	CATETER N 20	UND	10.000
223	CATETER N 16	UND	3.000
224	CATETER N 22	UND	10.000
225	CATETER N 24	UND	10.000
226	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS ADULTO	UND	6.000
227	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS INFANTIL	UND	2.000
228	CLAMP UMBILICAL ESTÉRIL	UND	100
229	COLETOR DE EXAME UNIVERSAL	UND	3.000
230	COLETOR DE MAT PERFURANTE 13 LITROS	UND	1.000
231	COLETOR DE MAT PERFURANTE 20 LITROS	UND	2.500
232	DRENO DE PEN ROSE ESTÉRIL Nº1	PCT	50
233	DRENO DE PEN ROSE ESTÉRIL Nº2	PCT	50
234	DRENO DE PEN ROSE ESTÉRIL Nº3	PCT	50
235	DRENO DE PEN ROSE ESTÉRIL Nº4	PCT	50
236	ELETRODO DESCARTÁVEL PARA MONITORAÇÃO CARDIACA	CX	20
237	EQUIPO COM 02 VIAS COM CORTA FLUXO (POLIFIX)	UND	20.000
238	EQUIPO DE SORO MACRO GOTAS COM INJETOR LATERAL	UND	20.000
239	EQUIPO PARA DIETA ENTERAL COM CONEXÃO ESCALONADA	UND	1000
240	EQUIPO PARA TRASFUSÃO DE SANGUE	UND	1000
241	ESPARADRAPO HIPOALÉRGICO 10CMX4,5	RL	1.000
242	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10CMX4,5,5CM	RL	7.500
243	FILME DE RAIO X 18X24	CX	30
244	FILME DE RAIO X 24X30	CX	30
245	FILME DE RAIO X 35X35	CX	40
246	FILME DE RAIO X 30X40	CX	30
247	FILME DE RAIO X 35X43	CX	40
248	FIO ALGODÃO 0 AG.	CX	100
249	FIO ALGODÃO 1 AG.	CX	100
250	FIO ALGODÃO 2-0 AG	CX	100
251	FIO ALGODÃO 3-0 AG.	CX	100
252	FIO CAT GUT SIMPLES 1 AG.	CX	200
253	FIO CAT-GUT CROMADO 0 AG.	CX	200
254	FIO CAT-GUT CROMADO 1-0 AG	CX	20
255	FIO CAT-GUT CROMADO 2-0 AG	CX	200
256	FIO CAT-GUT CROMADO 3-0 AG	CX	200



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

257	FIO CAT-GUT CROMADO 4-0 AG	CX	200
258	FIO CAT-GUT CROMADO 5-0 AG	CX	200
259	FIO CAT-GUT SIMPLES 0 AG	CX	200
260	FIO CAT GUT SIMPLES 2-0 AG	CX	200
261	FIO CATGUT SIMPLES 3-0 AG	CX	200
262	FIO NYLON 0 COM AGULHA	CX	100
263	FIO NYLON 2-0 AG	CX	75
264	FIO NYLON 3-0 AG	CX	75
265	FIO NYLON 4-0 AG	CX	75
266	FIO NYLON 5-0 AG	CX	75
267	FIO POLIGLICOLICO 0 AG	CX	100
268	FIO POLIGLICOLICO 1 AG	CX	100
269	FIO POLIGLICOLICO 2-0 AG	CX	100
270	FITA HOSPITALAR 16X50 CM	UND	1.000
271	FITA TESTE PARA AUTOCLAVE	UND	500
272	FITAS PARA GLICOSE (ON CALL PLUS) CX/50	CX	300
273	FIXADOR CITOLÓGICO 100 ML	FR	300
274	FIXADOR PARA RAO X 32 L	KIT	10
275	FIXADOR RAO X 38LTR	GL	250
276	COMPRESSA DE GAZE 7,5CM X 7,5CM PCT/500	PCT	2.500
277	GAZE ESTÉRIL C/10 UND	UND	5000
278	GAZE ROLOS	UND	2.500
279	GEL PARA ULTRASSONOGRAFIA	GL	500
280	KITS FIO OBSTÉTRICO Nº 0	CX	100
281	KITS PARA PAPANICOLAU TAM. P	UND	3.000
282	KITS PARA PAPANICOLAU TAM. M	UND	3.000
283	KITS PARA PAPANICOLAU TAM. G	UND	3.000
284	LAMINAS DE BISTURI N 15	CX	100
285	LAMINAS DE BISTURI N 22	CX	100
286	LAMINAS DE BISTURI N 23	CX	100
287	LAMINAS DE BISTURI N 24	CX	250
288	LANCETA DESCARTAVEL PARA TESTE DE GLICEMIA	CX	5.000
289	LARINGOSCOPIO COM 3 LAMINAS ADULTO	UND	10
290	LARINGOSCOPIO COM 3 LAMINAS INFANTIL	UND	10
291	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 6,5	PR	2.000
292	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,0	PR	4.000
293	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,5	PR	4.000
294	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8,0	PR	1.000
295	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8,5	PR	1.000
296	LUVA DE PROCEDIMENTO GRANDE	CX	4.000
297	LUVA DE PROCEDIMENTO MÉDIA	CX	6.000
298	LUVA DE PROCEDIMENTO PEQUENA	CC	6.000
299	MÁSCARA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO ADULTO	UND	100
300	MÁSCARA DE OXIGÊNIO ALTA CONCENTRAÇÃO INFANTIL	UND	100
301	MÁSCARA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO	CX	7.000
302	MASCARA N95	UND	500
303	MASCARA VENTURI DE NÃO REINALAÇÃO COM RESERVATÓRIO ADULTO	UND	20
304	MASCARA VENTURI DE NÃO REINALAÇÃO COM RESERVATÓRIO INFANTIL	UND	20
305	OLEO DE AGE 200ML	FR	800
306	OXIMETRO DE PULSO	UND	50
307	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 100MMX100M	UND	50
308	PAPEL GRAU CIRURGICO 150MMX100M	UND	50



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

309	PAPEL GRAU CIRURGICO 200MMX100M	UND	50
310	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 300MMX100	UND	50
311	PAPEL PARA MACA 50X50	RL	300
312	PAPEL PARA MACA 70X50	RL	300
313	PORTA LAMINAS TIPO BOREL	UND	500
314	PROPÉ DESCARTAVEL TIPO SAPATILHA	PCT	1.000
315	REAMINADOR MANUAL ADULTO	UND	10
316	REANIMADOR MANUAL INFANTIL	UND	10
317	REANIMADOR MANUAL NEO	UND	10
318	REVELADOR PARA RAO X 32L	KIT	10
319	SACO PARA LIXO INFECTANTE 100L	FR	200
320	SACO PARA LIXO INFECTANTE 50L	FR	200
321	SCALP N 21	UND	10.000
322	SCALP N 23	UND	15.000
323	SCALP N 19	UND	1.000
324	SCALP N 25	UND	10.000
325	SCALP N 27	UND	1.000
326	SERINGA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 1 ML C/AGULHA 13X4,5	UND	20.000
327	SERINGA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 10 ML SEM AGULHA	UND	50.000
328	SERINGA DESCARTAVEL ESTERIL 20 ML SEM AGULHA	UND	50.000
329	SERINGA DESCARTAVEL ESTERIL 3 ML SEM AGULHA	UND	50.000
330	SERINGA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 5 ML SEM AGULHA	UND	50.000
331	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 10	UND	2.000
332	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 12	UND	2.000
333	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 14	UND	2.000
334	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 16	UND	2.000
335	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 18	UND	2.000
336	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 20	UND	1.500
337	SONDA DE FOLEY EM LÁTEX DUAS VIAS Nº 22	UND	1.500
338	SONDA DE LEVINE (NASOGÁSTRICA) Nº 08	UND	1.000
339	SONDA DE LEVINE (NASOGÁSTRICA) LONGA Nº 10	UND	1.000
340	SONDA DE LEVINE (NASOGÁSTRICA) LONGA Nº 12	UND	1.000
341	SONDA DE NUTRIÇÃO ENTERAL COM GUIA	UND	500
342	SONDA DE URETRAL Nº 8	UND	1.500
343	SONDA DE URETRAL Nº 12	UND	1.500
344	SONDA DE URETRAL Nº 14	UND	1.500
345	SONDA DE URETRAL Nº 16	UND	1.500
346	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 4	UND	600
347	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 6	UND	400
348	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 8	UND	400
349	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 10	UND	400
350	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 12	UND	400
351	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 14	UND	400
352	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 8	UND	400
353	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14	UND	400
354	SONDA PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 04	UND	400
355	SONDA PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06	UND	400
356	SONDA PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08	UND	400
357	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	UND	400
358	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	UND	400
359	SONDA PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	UND	400
360	SONDA URETRAL Nº 04	UND	1.500
361	SONDA URETRAL Nº 06	UND	1.500
362	SONDA URETRAL Nº 10	UND	1.500



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

363	TELA INORGANICA 15 X 15	UND	100
364	TELA INORGANICA 30 X 30	UND	100
365	TERMOMETRO CLÍNICO DIGITAL	UND	20
366	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA COM ELÁSTICO	UND	3.000
367	VASELINA LIQUIDA	UND	50
368	AGUA OXIGENADA 10 VOLUME	LT	60
369	ALCOOL 70%	LT	12.000
370	ÁLCOOL EM GEL - ANTI SÉPTICO	LT	12.000
371	CLOREXIDINA 2%	LT	800
372	CLOREXIDINA 0,5%	LT	200
373	ESCOVA/ESPONJA COM CLOREXIDINA	UND	1.200
374	GERMI - RIO - DESINFETANTE	GL	60
375	POVIDINE DEGERMANTE 1LT	LT	300
376	POVIDINE TÓPICO 1LT	LT	300
377	FRALDA GERIATRICA G	PCT	500
378	FRALDA GERIATRICA M	PCT	500
379	FRALDA GERIATRICA XG	PCT	500
MATERIAL ODONTOLÓGICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
380	ÁCIDO GEL 37% BISNAGA C/ 3	PACOTE	300
381	ADESIVO PARA RESINA AUTOCONDICIONANTE DENTINA E ESMALTE	FRASCO	124
382	AGULHA GENGIVAL LONGA CX C/100	CAIXA	240
383	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C-100	CAIXA	360
384	ALAVANCA CURVA TIPO BANDEIRINHA Nº IR, 4R, 4L.	UNIDADE	120
385	ALAVANCA RETA Nº304	UNIDADE	60
386	ÁLCOOL A 70% 1000L	UNIDADE	124
387	ALGODÃO EM ROLETES DENTAL C/100UNIDADES	PACOTE	1100
388	ALVEOLEX: ALVEOLEX (CURATIVO ALVEOLAR LÍQUIDO)	FRASCO	120
389	ALVEOLÓTOMO: EM AÇO INOX	UNIDADE	80
390	ANESTÉSICO 3% COM VASO CX	CAIXA	500
391	ANESTÉSICO 3% SEM VASO CX	UNIDADE	130
392	ANESTÉSICO TÓPICO 20% 12G	UNIDADE	80
393	APARELHO DENTAL ELÉTRICO ULTRASSÔNICO	UNIDADE	5
394	APLICADOR BRUSH FINO AZUL C-100	PACOTE	124
395	AVENTAL DESCARTÁVEL COM MANGA LONGA: PACOTE COM 10	PACOTE	500
396	BICARBONATO DE SÓDIO ODONTOLÓGICO: 200G	UNIDADE	83
397	BROCA CIRRÚRGICA Nº 703 EMBALAGEM BLISTER INDIVIDUAL.	UNIDADE	100
398	BROCA CIRÚRGICA Nº 06 EMBALAGEM BLISTER INDIVIDUAL	UNIDADE	100
399	BROCA CIRÚRGICA Nº 08 EMBALAGEM BLISTER INDIVIDUAL.	UNIDADE	100
400	BROCA CIRÚRGICA Nº 702: AUTOCLAVÁVEIS PRODUZIDAS EM AÇO	UNIDADE	100
401	BROCA CIRÚRGICA ZECRYAS	CAIXA	100
402	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO: N °1016	UNIDADE	200
403	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO DE AÇO: N°1014	UNIDADE	200
404	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO CILÍNDRICA	UNIDADE	200
405	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO CONE INVERTIDO	UNIDADE	200
406	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N 1012	UNIDADE	200
407	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N 1013	UNIDADE	200
408	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO N 1014	UNIDADE	200
409	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1010	UNIDADE	100
410	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 1015	UNIDADE	200
411	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº04	UNIDADE	110
412	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº06	UNIDADE	110
413	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº08	UNIDADE	110
414	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE	KIT	30



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

	AMALGAMA		
415	BROCA DIAMANTADA 3195 C-10	CAIXA	500
416	BROCA DIAMANTADA 3118 C-10	CAIXA	500
417	BROCA DIAMANTADA 3168 EF C-10	CAIXA	500
418	BROCA DIAMANTADA 1016 C/10	CAIXA	250
419	BROCA DIAMANTADA 1014 C/10	CAIXA	250
420	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO PONTA DE LÁPIS C/7	KIT	30
421	BROCA ESFÉRICA DE ALTA ROTAÇÃO 1016	UNIDADE	160
422	BROCA ESFÉRICA DE ALTA ROTAÇÃO N: 1018	UNIDADE	50
423	BROQUEIRO METÁLICO PEQUENO	UNIDADE	56
424	BRUNIDORES DE ALMÁLGAMAS	UNIDADE	40
425	CABO DE ESPELHO	UNIDADE	150
426	CAIXA DESCARTEX 5L	UNIDADE	50
427	CAIXA METÁLICA PERFURADA GEL (26CMX2CM)	UNIDADE	32
428	CIMENTO CIRÚRGICO PASTA PERIOBON	CAIXA	40
429	CIMENTO DE ZINCO EM PÓ	VIDRO	40
430	CIMENTO DE ZINCO LÍQUIDO	VIDRO	40
431	CLOREXIDINA 0,12%	FRASCO	100
432	COMPRESSA DE GAZE	PACOTE	800
433	CUNHA DE MADEIRA	PACOTE	124
434	CURETA DE DENTINA	UNIDADE	40
435	CURETA DE EXODONTIA	UNIDADE	40
436	DETERGENTE ENZIMÁTICO 1000L	UNIDADE	124
437	DISCO DE LIXA DE PAPEL	PACOTE	30
438	DISCO DE MANDRIL	UNIDADE	500
439	EDTA TRISÓDICO VIDRO	VIDRO	40
440	ESCOVA DE ROBSON	UNIDADE	600
441	ESCULPIDOR DE HELLEMBACK ADULTO	UNIDADE	20
442	ESCULPIDOR DE HELLEMBACK INFANTIL	UNIDADE	20
443	ESPÁTULA Nº24	UNIDADE	40
444	ESPÁTULA Nº36	UNIDADE	40
445	ESPELHO BUCAL Nº05	UNIDADE	400
446	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA 10 ML	FRASCO	45
447	EXPLORADORES	UNIDADE	60
448	FIO DENTAL COM 100M	TUBO	130
449	FIO NYLON 3-0 PRETO C/AG 45CM 3/8 C-24 – 20MM	CAIXA	124
450	FIO SUTURA SEDA PT A TRANC 3.0 C/AG 2MR	CAIXA	80
451	FITA PARA AUTOCLAVE	UNIDADE	500
452	FIXADOR RADIOGRÁFICO, VIDRO C/75 ML.	VIDRO	60
453	FLUOR GEL NEUTRO FRASCO COM 200ML	FRASCO	20
454	FÓRCEPS Nº 16	UNIDADE	50
455	FÓRCEPS Nº150	UNIDADE	50
456	FÓRCEPS Nº151	UNIDADE	50
457	FÓRCEPS Nº17	UNIDADE	50
458	FÓRCEPS Nº18L	UNIDADE	50
459	FÓRCEPS Nº18R	UNIDADE	50
460	FÓRCEPS Nº65	UNIDADE	50
461	FÓRCEPS Nº69	UNIDADE	50
462	GERME RIO 1000L	UNIDADE	124
463	GORRO - TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA	PACOTE	1.000
464	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A 10G	VIDRO	40
465	IONÔMERO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO EM PÓ	VIDRO	60
466	IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO	FRASCO	100
467	KIT DE POLIMENTO DENTAL CERÂMICA, SILICONE, BORRACHA	KITS	124



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

468	LIMA DE 21 MM Nº 15	CAIXA	40
469	LUVA DESCARTÁVEL C/100 UNIDADES (M)	CAIXA	600
470	LUVA DESCARTÁVEL C/100 UNIDADES (P)	CAIXA	600
471	MANDRIL	UNIDADE	500
472	MÁSCARA DESCARTÁVEL	CAIXA	800
473	MASCARA CIRURGICA TRIPLA C/ELASTICO BRANCA C-50	CAIXA	800
474	MATRIZ 0,7MM	UNIDADE	124
475	MATRIZ AÇO 0,5MM	UNIDADE	124
476	MICROBRUSH COM 100UNIDADE	CAIXA	120
477	MICROHIBRIDA A2: CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 SERINGA DE 4G; COR: A2; RESINA	UNIDADE	100
478	MICROHIBRIDA A3,5- - RESINA MICROHIBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS EM DENTES	UNIDADE	120
479	MICROHIBRIDA A3: COMPOSIÇÃO: À BASE DE BIS-GMA, COMPOSTA POR VIDRO DE BÁRIO	UNIDADE	120
480	MICROHIBRIDA A4: RESINA COMPOSTA RESTAURADORA MICROHIBRIDA FOTOATIVADA	UNIDADE	40
481	MICROHIBRIDA A1: COMPOSIÇÃO: À BASE DE BIS-GMA, COMPOSTA POR VIDRO DE BÁRIO	UNIDADE	100
482	MICROHIBRIDA A1: CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 SERINGA DE 4G; COR: AL; RESINA	UNIDADE	100
483	OBTURADOR PROVISÓRIO	FRASCO	50
484	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	UNIDADE	100
485	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO	FRASCO	120
486	PAPEL CARBONO P/ARTICULACAO AZUL C/12 FOLHAS	UNIDADE	100
487	PAPEL GRAU CIRÚRGICO ROLO	ROLO	100
488	PASTA PROFILÁTICA	UNIDADE	124
489	PELÍCULA RADIOGRÁFICA CAIXA COM 150UNID ADULTO	CAIXA	60
490	PÉLÍCULA RADIOGRÁFICA CX COM 150UNID INFANTIL	CAIXA	60
491	PINÇA CLÍNICA Nº17, 16 CM, AÇO INOXIDÁVEL.	UNIDADE	50
492	PLACA DE VIDRO ESPESSA 10	UNIDADE	50
493	PLACA DE VIDRO FINA 02	UNIDADE	25
494	PORTA AMALGAMA: EM AÇO- INOXIDÁVEL, RESISTENTE A AUTOLAVAGEM, COM. ACABAMENTO	UNIDADE	50
495	POTE DAPPEN DE VIDRO TRANSPARENTE INCOLOR	UNIDADE	50
496	RASPADORES E CURETAS PERIODONTAIS, FORMAS	UNIDADE	50
497	RESINA FLUIDA Nº 04	UNIDADE	124
498	RESINA FLUIDA Nº2	UNIDADE	100
499	RESINA FLUIDA Nº3,5	UNIDADE	124
500	REVELADOR RADIOGRÁFICO FRASCO ODONTOLÓGICO COM 475 ML	FRASCO	60
501	SIDSMÓTOMO FAVA	UNIDADE	50
502	SODA CLORADA 2,5%	LITRO	30
503	SONDA PERIODONTAL MILIMETRADA: INDICADO PARA SONDAR O SULCO PERIODONTAL	UNIDADE	30
504	SUGADOR CIRÚRGICO-UTILIZADO: INTRA-ORAIS PARA SUCÇÃO DE SANGUE E DEMAIS	UNIDADE	120
505	SUGADOR DESCARTÁVEL COM 40 UNIDADE	PACOTE	300
506	SUGADOR ENDODÔNTICO DESCARTÁVEL	UNIDADE	80
507	TESOURA CIRÚRGICA PONTA CURVA 15 CM	UNIDADE	50
508	TESOURA CIRÚRGICA PONTA PEQUENA 15 CM	UNIDADE	50
509	TESOURA CIRÚRGICA PONTA RETA 15 CM	UNIDADE	50
510	TIRA DE LIXA POLIESTER	PACOTE	124
511	TRICLESOL FORMALINA- MATERIAL: PARA DESINFECÇÃO DE CANAL RADÍCULA, 10 ML.	VIDRO	40



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

512	VERNIZ COM FLÚOR 10 ML	UNIDADE	30
-----	------------------------	---------	----

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.1.4. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.4.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.7. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.8. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES:

3.8.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.8, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS:

3.9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, ou por outros meios, conforme regulamentação municipal, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

4.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.2.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

4.6. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.6.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.6.2. Mantiverem sua proposta original.

4.7. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.8. O registro a que se refere o item 4.6 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.6 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.10.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

4.10.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas neste instrumento.

4.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP ou outro meio previsto no regulamento municipal, e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.12. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.12.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

4.13. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.14. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.10 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.15. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.6.1. aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.15.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.15.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.16. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.8. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.9. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.10. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.10.1. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

5.10.2. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.11. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.11.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.11.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos deste instrumento, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.12. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto neste instrumento.

5.13. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos deste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.14. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto neste instrumento, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.15. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos previstos neste instrumento, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas neste instrumento será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.5.1. Por razão de interesse público;

7.5.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas neste instrumento, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL do Pregão Eletrônico nº. ____/2024.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

9.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

10. DO FORO

10.1 Fica eleito o Foro do Município de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão, para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em 03 (três) vias de igual teor.

São Mateus do Maranhão/MA, ____ de ____ de 2024

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
XXXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXXX
PORT.: XXXXX

DETENTORA DO REGISTRO:

.....

CNPJ nº:

Nome :

Cargo :

R.G. :



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024

Anexo
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Nome empresarial:							
CNPJ nº:							
Endereço:							
(DDD) Telefone: _____ (DDD) Fax: _____							
E-mail:							
Representante legal:							
CPF nº:							
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant. Máxima	Quant. Mínima	P. Unitário Registrado (R\$)	P. Total Registrado (R\$)

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Nome empresarial:							
CNPJ nº:							
Endereço:							
(DDD) Telefone: _____ (DDD) Fax: _____							
E-mail:							
Representante legal:							
CPF nº:							
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant. Máxima	Quant. Mínima	P. Unitário Registrado (R\$)	P. Total Registrado (R\$)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

Processo Administrativo nº

CONTRATO Nº

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE _____, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria Municipal de _____, com sede na _____, São Mateus do Maranhão, Maranhão, neste ato representada pelo(a) Srº(a). _____, Secretário(a) Municipal de _____, inscrito no CPF nº _____ e portador do RG nº _____, e SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, neste ato representada pelo Secretário Municipal de _____, Srº(a) _____, inscrito no CPF nº _____, e portador do RG nº _____, doravante denominados **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, com sede na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, Srº _____, R.G. nº _____, C.P.F. nº _____, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO Nº _____**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº _____/2024**, formalizado nos autos do **Processo Administrativo nº _____/2024**, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela **Lei nº 14.133/2021**, regulamentada pelo **Decreto Municipal nº 029, de 21 de dezembro de 2023**, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa(s) jurídica(s) para _____, de interesse desta Administração Pública Municipal, conforme especificações descritas no Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação na modalidade Pregão, sob o nº _____/2024, e em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme planilha abaixo:

Item	Descrição	Und	Quant	Preço R\$	
				Unitário	Total
01				
VALOR TOTAL R\$.....					

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1. Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I – Edital do Pregão Eletrônico nº _____/2024;

II – Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela CONTRATADA;

III – Ata de Registro de Preços nº/20.....

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

- 4.1. O prazo de vigência da contratação será até 31/12 do ano corrente contados do(a) assinatura do contrato, podendo ser prorrogável na forma dos artigos Art. 105, Art. 106 e Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 4.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 4.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 4.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Do Prazo de Entrega:

- 5.1.1. O produto deverá ser entregue de acordo em até 07 (sete) dias úteis. O não cumprimento das entregas nas datas e horários determinados, ocasionará penalidades cabíveis;
- 5.1.2. No ato da entrega, os produtos que não estiverem em acordo com o especificado no edital, serão devolvidos; e, as despesas de frete e/ou outros, serão por conta da empresa CONTRATADA;
- 5.1.3. A fiscalização geral e o acompanhamento, serão realizados por Servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus do Maranhão/MA;
- 5.1.4. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar a Secretaria Municipal de Saúde, na pessoa do Fiscal do Contrato, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar o motivo do descumprimento devidamente fundamentado e indicação expressa do novo prazo previsto para entrega, que não poderá ser superior àquele inicialmente estabelecido;
- 5.1.5. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo Fiscal do Contrato na forma da Lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando à empresa da decisão proferida em até 48 (quarenta e oito) após a data do pedido;
- 5.1.6. Havendo denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas em Lei.

5.2. Da Forma de Entrega:

- 5.2.1. A CONTRATADA deverá entregar tantos quantos forem os itens adjudicados na sua totalidade, em uma única parcela, sendo vedada entregas parciais;
- 5.2.2. No ato da entrega, a (s) materiais (ais) deverá (ão) vir devidamente acompanhado (s) da (s) nota (s) fiscal (ais) e certidões de regularidade jurídica e fiscal da empresa contratada, onde obrigatoriamente constará a razão social, CNPJ e endereço correspondente àquele constante na nota de empenho;
- 5.2.3. A (s) nota (s) fiscal (ais) será (ão) rejeitada (s) caso contenha (am) emendas, rasuras, borrões ou outras informações incorretas e devem ser trocadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ficando o recebimento definitivo condicionado à resolução da pendência;
- 5.2.4. Seja garantida a qualidade e procedência dos medicamentos, assegurando que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere às temperaturas mínimas e máximas, empilhamento e umidade



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

5.2.5. O objeto do contrato deverá ser entregue em embalagem original do fabricante, no endereço indicado em campo próprio deste documento, acompanhado de manuais de instrução, termo de garantia e outros documentos pertinentes.

5.3. Do Horário e Local de Entrega:

5.3.1. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central, localizado na Avenida Antônio Pereira Aragão, nº s/n, Centro de São Mateus do Maranhão/MA;

5.3.2. As entregas podem ser feitas no horário das 8:00 às 18:00 horas de segunda a sexta-feira respeitando eventuais feriados e suspensão de expediente que porventura sejam estabelecidos pelo Gabinete do Prefeito ou em decorrência de feriados nacionais, estaduais e/ou municipais;

5.3.3. O fornecedor deverá, sempre que possível, agendar através dos contatos indicados data e horário para realizar a entrega dos bens ou fornecer o número de rastreio do objeto aos fiscais do contrato para as necessárias consultas;

5.3.4. Condição da embalagem dos medicamentos e insumos, que deve estar em perfeito estado e não violada e que ofereça proteção ao calor e à umidade;

5.3.5. Confrontação entre a marca cotada na licitação e os medicamentos e insumos entregues;

5.3.6. Os objetos a serem fornecidos serão considerados aceitos somente após o recebimento e análise, depois de desembalados, e conferidos pela CONTRATANTE, atendidos as especificações exigidas neste Termo de Referência.

5.4. Do Recebimento dos Materiais:

5.4.1. Conforme o Decreto Municipal nº 029/2023, o objeto do contrato será recebido:

a. Provisoriamente, em até 07 (sete) dias da comunicação escrita do (s) CONTRATADO (S);

b. *Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação, em até 30 dias (trinta) dias da comunicação escrita do CONTRATADO.*

5.4.2. Serão executados testes de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas mínimas exigidas e as especificações em que o CONTRATADO pontuou para fins de qualificação de sua proposta;

5.4.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência ou apresente defeito de fabricação. Hipótese em que o CONTRATADO, obriga-se a substituí-lo em prazo razoável fixado pelo Fiscal do Contrato, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções legalmente estabelecidas;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

5.4.4. O recebimento provisório ou definitivo não libera o CONTRATADO dos vícios de qualidade ou quantidade que não possam ser claramente visualizados desde logo, porque estão ocultos ou porque surgiram somente após a inspeção da Administração;

5.4.5. É dever do Fiscal do Contrato, imediatamente após o recebimento definitivo dos materiais, enviar a solicitação de pagamento para o setor responsável, juntando a nota fiscal atestada, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, termos de recebimento, nota de empenho ou termo de contrato a que se vinculam e demais documentos pertinentes;

5.4.6. Se for constatada desconformidade do (s) produto (s) apresentado (s) em relação às especificações do (s) objeto (s) ou à (s) amostra (s) aprovada (s) pela FISCALIZAÇÃO, o CONTRATADO deve efetuar a troca do (s) produto (s), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação, por um produto em condições aceitáveis por parte da Administração;

5.4.7. Os objetos a serem fornecidos serão considerados aceitos somente após o recebimento e análise, depois de desembalados, instalados e conferidos pelo CONTRATANTE, atendidos as especificações exigidas neste Termo de Referência;

5.4.8. Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pela ABNT e/ou Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITERIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. A Nota Fiscal/Fatura será protocolada na sede da Prefeitura, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês da entrega e aceite definitivo, através de ofício, encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, devendo ainda, conter todas as informações necessárias para dela se dar quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes;

6.2. O pagamento será feito em favor da empresa CONTRATADA, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante;

6.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária;

6.4. A Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA;

6.5. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme o que dispõe sobre a matéria na Lei nº 14.133/2021; resguardado os pagamentos referentes ao descumprimento item 11.3 deste Termo de Referência, conforme citado no item 15.3.

6.6. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

- 6.6.1. Prova de regularidade relativa à débitos federais;
- 6.6.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade da Situação/CRF;
- 6.6.3. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 6.6.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

6.7. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentações necessárias ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade;

6.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação Financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela a ser paga = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = TX \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SETIMA - DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

- 7.1. A troca eventual de documentos entre a contratante e a contratada, será realizada através de protocolo.
- 7.2. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 8.1. Os preços inicialmente contratados, são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.
- 8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão
Unidade Gestora
Função
Sub-Função
Programa
Projeto Atividade
Classificação Econômica
Fonte de Recurso

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Receber os materiais no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

- 10.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.6. Devolver os materiais entregues fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa à CONTRATADA que assumirá todas as despesas daí decorrentes;
- 10.7. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;
- 10.8. Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 10.9. Emitir Autorização de Fornecedor para instruir a entrega dos materiais;
- 10.10. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos;
- 10.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
--

- 11.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal com todas as discriminações inerentes ao objeto;
- 11.2. Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na entrega dos materiais, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou equipamentos da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;
- 11.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente (s) ao (s) material (is);
- 11.4. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

11.6. Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Conforme os termos do Art. 41 do Decreto Municipal 029/2023, bem como o que determina a Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art.5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

12.3. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea “b”, limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

- d. Multa moratória de até cinco por cento (5%), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar
- g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até cinco anos.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

12.6. Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

14.1. Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024 e neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, como também conforme as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento;

15.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

15.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

15.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

15.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, de acordo com os termos do Decreto Municipal nº 030/2023;

15.7. O Gestor do Contrato acompanhará a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros, conforme dispões os Art. 19, inc. I e Art. 21 e seus incisos do Decreto Municipal nº 030/2023;

15.8. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa, conforme os Art. 19, inc. II e Art. 22 e seus incisos do Decreto Municipal nº 030/2023;

15.9. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento, conforme dispõe os Art. 19, inc. III e Art. 23 e seus incisos do Decreto Municipal nº 030/2023;

15.10. O Fiscal Setorial acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade, conforme os Art. 19, inc. IV e Art. 24 do Decreto Municipal nº 030/2023;

15.11. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

15.12. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

15.13. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

15.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

15.14.1. Acompanhamento dos abastecimentos realizados através das autorizações emitidas pelo órgão, bem como dos relatórios a serem disponibilizados pelo contratado por meio informatizado;

15.14.2. Conferência das notas fiscais e dos documentos de comprovação de habilitação, ateste do documento fiscal e encaminhamento ao financeiro;

15.14.3. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

15.14.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

15.15. A ação de fiscalização, por parte do Gestor do Contrato, não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

As informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA deverão ser prestados pelo Gestor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GESTÃO DO CONTRATO

16.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

16.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

16.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

16.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

16.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

16.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

16.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

17.1. Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a LEI Nº 14.133/2021, REGULAMENTADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 029, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023, e LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

18.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024 e rege-se pelas disposições expressas na LEI Nº 14.133/2021, REGULAMENTADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 029, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023, e LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES:

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Este Contrato entrará em vigor após a publicação do seu extrato na forma prevista no item 20.2, cabendo ao CONTRATANTE mandar providenciar esta publicação no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

20.2. Incumbirá ao contratante, na forma prevista no art. 43 do Decreto Municipal nº 029, de 21 de dezembro de 2023, publicar o presente instrumento no Diário Oficial do Município – DOM, e disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº. 029, de 21 de dezembro de 2023, e demais diplomas legais pertinentes.

21.2. Fica eleito o Foro da Comarca de São Mateus do Maranhão-MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ Nº 13.829.344/0001-50

SÃO MATEUS DO MARANHÃO (MA), de de

(.....)
CONTRATANTE

(.....)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. _____

CPF Nº _____

02. _____

CPF Nº _____

EDITAL